

Atlas da Economia Solidária no Brasil

2005 – 2007



■ Norte
■ Nordeste
■ Centro-Oeste
■ Sudeste
■ Sul
■ Brasil



Sudeste
Alternativa ao de
Obter maior ga
Complementa
Acesso a fins
Trabalho ar
Recupera

**Atlas da Economia Solidária no Brasil
2005 – 2007**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

José Alencar Gomes da Silva

MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO

Ministro Carlos Lupi

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Secretário – Paul Israel Singer

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E DIVULGAÇÃO

Diretor – Roberto Marinho Alves da Silva

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS

Presidente – Luis Manuel Rebelo Fernandes

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA – ANTEAG

Presidente – Fernando Francisco Valentim

COMISSÃO GESTORA NACIONAL DO SIES

Christiane Almeida e Silva – UNICAFES

Daniel Tygel – FBES

Débora Rodrigues – Associação Vida Brasil

Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta – IBASE

Ioshiaqui Shimbo – Rede Universitária de ITCPs

Luiz Eduardo R. Parreiras – IPEA

Máira Cavalcanti Rocha – ANTEAG

Marcos Moisés A. Albuquerque – CEDAC

Maria Nezilda Culti – UNITRABALHO

Mariana Giroto – UNISOL Brasil

Paulo de Jesus – UFRPE

Roberto Marinho A. da Silva – DED/SENAES

Vinicius Reis Galdino Xavier – FINEP

Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária

ENTIDADE CONVENIADA

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária

DIRETORIA DA ANTEAG

Presidente – Fernando Francisco Valentim (Cooperminas/SC)

Vice-presidente – Arnaldo Liberato da Silva (Usina Catende/ Cia Harmonia/PE)

Secretário – José Araújo Barbosa (Coopervest/SE)

Tesoureiro – Ivan de Souza (Cooperminas/SC)

Diretor Executivo – Aduino Rosado Filho

CONSELHO FISCAL

José Ribeiro da Costa (Coopermambri/ MG)

Edson Portela Pinto (Friburguense/RJ)

Valmir Cosme da Silva (Coopacal/PE)

EQUIPE DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DA ANTEAG

Francisca Rodrigues da Silva – Departamento de Educação

Patrícia Leança Adriano – Departamento de Comunicação

Cátia Cristina dos Santos Costa – Departamento de Projetos e Negócios

Luiz Humberto Verardo – Departamento de Relações Institucionais

Ronaldo Pereira de Sousa – Departamento Administrativo Financeiro

Atlas da Economia Solidária no Brasil

2005 – 2007



**ESTA OBRA É LICENCIADA POR
UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS**

Atribuição – Uso não-comercial – Compartilhamento pela mesma licença 2.0

Você pode:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra;
- criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:

-  **Atribuição.** Você deve dar crédito ao autor original.
-  **Uso não-comercial.** Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
-  **Compartilhamento pela mesma licença.** Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.

- Qualquer uma destas condições pode ser renunciada, desde que você obtenha permissão do autor.

Qualquer direito de uso legítimo (ou *fair use*) concedido por lei ou qualquer outro direito protegido pela legislação local não são em hipótese alguma afetados pelo disposto acima.

Concepção e produção de conteúdo:
*Comissão Gestora Nacional do SIES
Equipe Técnica ANTEAG*

Organização:
*Máira Cavalcanti Rocha
Denis Willians Pacheco*

Projeto gráfico e capa:
*Todos os Bichos Editora
Nilson Mendes*

Elaboração e preparação dos textos:
Máira Cavalcanti Rocha

Gráficos e tabelas:
Denis Willians Pacheco

Revisão:
Luiz Humberto Verardo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 – 2007 / Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG – São Paulo : Todos os Bichos, 2009.

64 pp.

ISBN 978-85-60853-04-5

1. Economia Solidária, Brasil. 2. Economia Solidária, mapeamento, Brasil. 3. Economia solidária, perfil, Brasil. I. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). II. Brasil. Secretaria nacional de Economia Solidária (SENAES).

CDD 331.128

— 2009 —

N T MENDES EDITORA
www.todososbichos.com.br

Sumário

Apresentação	7	
PARTE I		
METODOLOGIA E CONCEITO	9	
1.	O Mapeamento da Economia Solidária	11
2.	O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES	12
2.1.	Definição	12
2.2.	Objetivos	13
2.3.	Diretrizes	14
2.4.	Gestão Participativa do SIES	15
3.	Economia Solidária no SIES	17
3.1.	Conceito e Características Gerais	17
3.2.	Empreendimentos Econômicos Solidários	18
3.3.	Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento	18
3.4.	Políticas Públicas de Economia Solidária	19
3.4.1.	Caracterização das Ações	19
3.4.2.	Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária	20
3.4.3.	Previsão ou Dotação Orçamentária	20
3.5.	Economia Solidária no Brasil	21

PARTE II

O PERFIL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL **25**

1.	Empreendimentos Economicos Solidários no Brasil	27
2.	Formas de Organização	28
3.	A Trajetória da Economia Solidária	32
4.	Sobre a Criação dos EES	34
4.1	Motivo de Criação	34
4.2	Sobre a Origem dos Recursos para Iniciar os EES	35
5.	Participantes nos Empreendimentos Econômicos Solidários	37
6.	A participação de Mulheres e Homens nos Empreendimentos Econômicos Solidários	38
7.	A Participação de Mulheres e Homens Segundo Porte dos EES	39
8.	Área de Atuação	41
9.	Produtos e Serviços	42
10.	Comercialização	45
11.	Resultados Financeiros	45
12.	Faturamento e Remuneração	47
13.	Gestão Coletiva	48
14.	Dificuldades	50
15.	Cooperação entre EES	51
16.	Compromisso e Participação Social dos Empreendimentos Econômicos Solidários	52
17.	Preocupação com a Qualidade de Vida e Meio Ambiente	54

PARTE III

ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA **55**

1.	Localização e Abrangência	57
2.	Formas de Organização e Vínculos	58
3.	Atividades Realizadas	59

PARTE IV

UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA **61**

1.	Um Processo Contínuo	63
2.	Endereços para Consulta Sobre o SIES e a Economia Solidária:	63

Apresentação

A Economia Solidária tem sido uma resposta importante dos trabalhadores e trabalhadoras em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE/SENAES) tem entre seus objetivos favorecer o desenvolvimento e divulgação da Economia Solidária. O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (Plano Plurianual 2008-2011) prevê a ação de “Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES”.

O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) é uma iniciativa pioneira no país e no mundo para identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Políticas Públicas de Economia Solidária. Essa iniciativa teve início em 2003, quando a SENAES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, recém criados, assumiram conjuntamente a tarefa de realizar um mapeamento da Economia Solidária no Brasil com os objetivos de proporcionar a visibilidade e a articulação da Economia Solidária e de oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas.

A gestão do SIES é feita de forma participativa envolvendo, além da SENAES por meio do Departamento de Estudos e Divulgação, representações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária além

de outros órgãos ou entidades governamentais que atuam com pesquisas e estatísticas (como a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA). Esse coletivo compõe a Comissão Gestora Nacional do SIES (CGN) que é formalizada mediante a assinatura de termo de cooperação técnica, exercendo função não remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

Os resultados aqui apresentados foram possíveis a partir de um grande mutirão nacional envolvendo 27 Comissões Gestoras Estaduais do SIES, Coordenações Técnicas do SIES, regionais e estaduais, que mobilizaram cerca de 600 pessoas envolvidas com o mapeamento da economia solidária no Brasil. Agradecemos também o esforço e disponibilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários e das Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento que contribuíram diretamente nesse processo, fornecendo as informações que alimentaram a base de dados do SIES e possibilitaram a elaboração de Atlas.

Essa publicação é uma realização da CGN, por meio de consultoria da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão – ANTEAG, um de seus membros, e tem objetivo de apresentar à sociedade um panorama geral das informações colhidas no mapeamento entre os anos de 2005 e 2007, certos da importância que essa divulgação pode trazer no sentido de fortalecer a Economia Solidária no Brasil.

Comissão Gestora Nacional do SIES

PARTE I

METODOLOGIA E CONCEITO

1. O Mapeamento da Economia Solidária

Desde a instituição da SENAES, em junho de 2003, a proposta de realização de um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre a Economia Solidária era como demanda do movimento da Economia Solidária (ES). Assim, a idealização do mapeamento começou a tomar forma concreta ao final de 2003, quando foi constituído o Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados (ou GT do Mapeamento).

A partir do consenso estabelecido em torno das concepções básicas orientadoras sobre a Economia Solidária foi elaborado um instrumento de pesquisa amplo abrangendo questões relativas à: identificação, abrangência e características gerais; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos, acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental.

Para iniciar a realização da pesquisa em 2005, houve um amplo processo de mobilização nacional com a constituição de Equipes Gestoras Estaduais (EGEs) e a formação de equipes de trabalho de campo envolveu mais de 230 entidades e 600 técnicos e entrevistadores. Tal processo de mobilização permitiu maior reconhecimento e articulação da Economia Solidária em todo território nacional. Para garantir a qualidade e fidedignidade das informações relativas à Economia Solidária, toda equipe técnica (coordenadores, supervisores, entrevistadores, digitadores) recebeu formação e capacitação sobre o conteúdo e a metodologia do mapeamento.

Em 2006 com o banco de dados nacional criado, o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária - SIES foi institucionalizado através da Portaria Ministerial nº 30, de 20 de março de 2006. Nessa Portaria, o MTE institui o SIES e seu sistema de gestão



compartilhada, criando também as Comissões Gestoras Estaduais – CGEs (que sucedem as EGEs) e a Comissão Gestora Nacional – CGN (que sucede o GT do Mapeamento).

Em 2007 foi realizada nova pesquisa para ampliação da base de dados. Nessa ocasião, a SENAES encomendou a pesquisa à FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia) que realizou Convênios com cinco entidades nacionais e ampliou a base do SIES de 14.954 para 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários.

Para isso, foram realizadas entrevistas em todas as unidades da federação abrangendo 2.933 municípios (53 % dos municípios) do Brasil.

Em cada Unidade da Federação (UF) foi formada uma equipe técnica (Coordenação Técnica Estadual - CTE) que em conjunto com as CGEs foram a campo trazer para esta pesquisa informações sobre a realidade da Economia Solidária no Brasil.

2. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES

2.1. Definição

O SIES é um sistema de identificação e registro de informações sobre a Economia Solidária no Brasil que se orienta pelos conceitos constantes da Portaria do MTE, nº 30, de 20 de março de 2006.

2.2. Objetivos

- a) Constituir uma base nacional de informações em Economia Solidária com identificação e a caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária;
- b) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização;
- c) Favorecer a visibilidade da Economia Solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;
- d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da Economia Solidária;
- e) Subsidiar a formulação de políticas públicas;
- f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à Economia Solidária e;
- g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em Economia Solidária.

2.3. Diretrizes

- a) Formulação e aperfeiçoamento de conceitos técnicos e indicadores que possibilitem verificar a abrangência e potencialidades da Economia Solidária possibilitando sua incorporação em estudos, pesquisas, censos e levantamentos realizados pelas instituições públicas de pesquisa e informação;
- b) Fortalecimentos da organização de Economia Solidária atendendo demandas específicas de identificação e conhecimento da Economia Solidária nos territórios, o desenvolvimento de catálogos de entidades e produtos, a promoção de redes de intercâmbio etc;
- c) Participação de representações dos principais atores da Economia Solidária (empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio, assessoria e fomento e gestores públicos) no processo de implementação e disseminação do SIES;
- d) Progressividade na implementação do SIES, com possibilidade de ampliação da base de informações para atender demandas territoriais e novas variáveis identificadas posteriormente à implementação do Sistema;
- e) Confiabilidade das informações, que deverá orientar todo o processo de formulação dos instrumentos de pesquisa, de coleta, análise e disseminação de informações;
- f) Publicação adequada e fidedigna dos resultados do SIES como direito da sociedade ao acesso às informações e como obrigação dos órgãos públicos que realizam estudos, pesquisas e diagnósticos, proporcionando a visibilidade da Economia Solidária e a transparência necessária do processo realizado de seu mapeamento e;
- g) Segurança no uso autorizado das informações, impedindo qualquer constrangimento aos informantes, nos termos da Portaria do MTE, nº 30, de 20 de março de 2006.

2.4 Gestão Participativa do SIES

A Gestão do SIES foi desenhada de forma participativa envolvendo diversos atores do campo da Economia Solidária:

COORDENAÇÃO NACIONAL

Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE).

DESENVOLVIMENTO E SUPORTE AO SISTEMA

Coordenação Geral de Informática do Ministério do Trabalho e Emprego (CGI/MTE).

COMISSÃO GESTORA NACIONAL DO SIES (CGN)

Composta por representantes governamentais e não-governamentais;

Define objetivos, diretrizes, metodologia e gerência do SIES através de:

- Desenvolvimento dos instrumentos de coleta de dados, análise e disseminação de informações;
- Definição de procedimentos e normas para coleta de dados.
- Análise dos resultados e difusão das informações;

COMISSÕES GESTORAS ESTADUAIS (CGE's)

MTE (por meio das Superintendências Regionais do Trabalho), representantes dos fóruns estaduais (entidades de apoio e empreendimentos), Universidades, outros órgãos governamentais, e movimentos sociais que atuam com Economia Solidária.

Têm atribuição de contribuir com a gestão política do Mapeamento, atuando em conjunto com as Coordenações Técnicas Estaduais no planejamento da coleta de dados para o Sistema, análise dos questionários para inserção no Sistema e gestão dos Sistemas Estaduais.

COORDENAÇÕES TÉCNICAS ESTADUAIS (CTE's)

Atuam na execução das atividades de coleta de dados e alimentação da base de dados.

São entidades ligadas a Universidades ou que atuam no apoio e fomento à Economia Solidária atuantes no desenvolvimento de pesquisas e diagnósticos.

São responsáveis pela capacitação da equipe técnica (que envolveu nesse período mais de 600 pessoas – coordenadores, entrevistadores, digitadores – no Brasil) com relação ao conteúdo e à metodologia do mapeamento.

FASES DO SIES:

Pré-listagem de EES por meio de mecanismo de autodeclaração na página do SIES na internet e outras fontes de informações;

Capacitação de Equipes Técnicas Estaduais (pessoal de entrevista, coordenação de pesquisa, supervisão de campo e digitação);

Visita de campo para coleta de dados com aplicação de questionários;

Revisão do questionário para validação com a participação das CGE's;

Alimentação da base de dados (*online*);

Análise da consistência e tratamento da base de dados;

Divulgação dos resultados.

3. Economia Solidária no SIES

3.1. Conceito e Características Gerais

No âmbito do SIES a Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária.

Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. É necessário perceber que essas características, embora sejam complementares e nunca funcionem isoladamente, podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes na Economia Solidária.

Cooperação

Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.

Autogestão

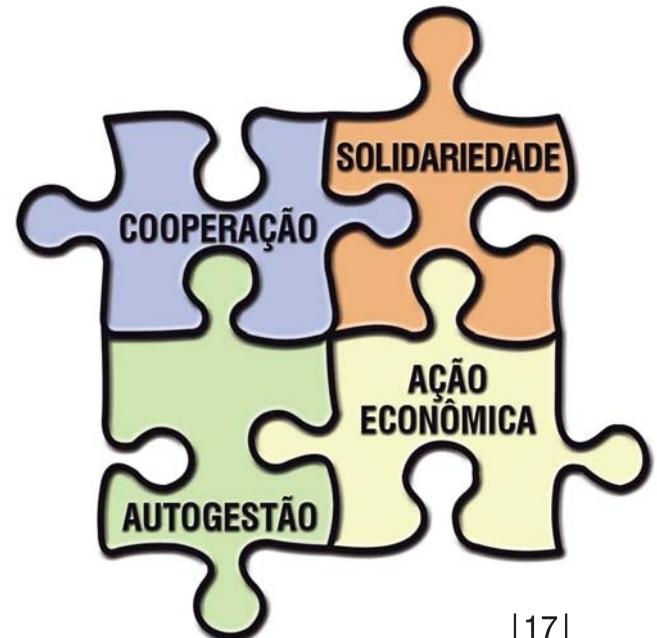
Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses.

Atividade Econômica

Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

Solidariedade

Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidoras.



3.2. Empreendimentos Econômicos Solidários

Considerando as características acima, os Empreendimentos Econômicos Solidários compreendem as organizações:

- a) coletivas-organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc;
- b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbanos e rurais que exercem coletivamente a gestão de atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

3.3. Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento

As Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária são aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.

3.4. Políticas Públicas de Economia Solidária¹

No âmbito do SIES, se compreende como Política Pública de Economia Solidária *aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária*. Os beneficiários diretos destas políticas são trabalhadores (as) e/ou sócios (as) de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), considerando-se tanto os que já estão constituídos quanto os que estão em processo de constituição.



3.4.1. Caracterização das Ações

As ações podem ser caracterizadas como de:

- Incubação, fomento e apoio
- Formação, qualificação e capacitação
- Assessoria e assistência técnica
- Finanças solidárias e acesso a crédito
- Apoio à organização da comercialização
- Acesso a pesquisas e tecnologias sociais
- Marcos regulatórios apropriado à Economia Solidária (reconhecimento, formalização, tributação e acesso às políticas públicas)
- Comunicação, campanhas
- Fortalecimento de fóruns e redes de Economia Solidária

¹ O primeiro Mapeamento das Políticas Públicas será realizado na coleta de campo prevista para o segundo semestre de 2009.

3.4.2. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária

As Políticas Públicas de Economia Solidária são institucionalizadas por meio de instrumentos, tais como:

Previsão em marco jurídico regulatório (lei, decreto, portaria etc.)

Previsão de programa ou ação em Plano Plurianual (federal, estadual ou municipal)

ou

Previsão em estrutura regimental de órgão(s) público(s) executor da Política Pública de Economia Solidária.

Conselhos e outros espaços de formulação, participação e controle social de Políticas Públicas de Economia Solidária.

3.4.3. Previsão ou Dotação Orçamentária

É necessário que essas ações possuam previsão ou dotação orçamentária própria ou oriunda de financiamentos, acordos e convênios com outras instâncias governamentais, organismos multilaterais e outras organizações nacionais e internacionais.

3.5 Economia Solidária no Brasil

O campo da Economia Solidária no Brasil vem se consolidando ao longo dos últimos anos e compreende atores das mais diversas naturezas. Abaixo um resumo com os principais segmentos e suas características:

Empreendimentos Econômicos Solidários - EES

Conforme vimos anteriormente, os EES são organizações que realizam, de acordo com o conceito do SIES, as seguintes atividades:

Troca de Produtos e Serviços (*clubes de troca, redes solidárias...*)

Produção (*associações, grupos de produção, cooperativas populares, empresas recuperadas...*)

Comercialização ou Organização para a Comercialização (*centrais de comercialização, lojas, feiras...*)

Prestação de Serviços (*associações, grupos de produção, cooperativas populares, empresas recuperadas...*)

Poupança, Crédito ou Finanças Solidárias (*fundos solidários, cooperativas de crédito, bancos comunitários, bancos de trocas solidárias, fundos solidários...*)

Consumo ou uso coletivo de bens e/ou serviços (*cooperativas, grupos ou núcleos de consumo, EES de beneficiamento, fundos de pasto...*)

Ligas ou Uniões de EES

São organizações de diferentes origens ou ramos da Economia Solidária que articulam e representam EES. Algumas dessas organizações assumem a representação de EES em espaços de articulação do movimento e deste com as Instâncias Governamentais. As organizações abaixo têm forte presença no campo da Economia Solidária:

ANCOSOL

ANTEAG

CONCRAB/ MST

UNICAFES

UNISOL Brasil



Entidades de Apoio e Fomento

São entidades que desenvolvem ações de apoio em diversas modalidades (capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica, entre outras) diretamente aos EES. Essas organizações têm diversas origens e naturezas conforme descrito abaixo:

- Igrejas e Pastorais Sociais
- Incubadoras Universitárias de Economia Solidária
- Organizações ligadas ao Movimento Sindical
- ONG's e OSCIP's, entre outras

Instancias de Políticas Públicas de Economia Solidária

São instâncias ligadas à órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal (direta e indireta) que desenvolvem ações, projetos ou programas com objetivo de promover o fortalecimento da Economia Solidária. No governo Federal destaca-se a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego) que além de desenvolver ações no âmbito da Economia Solidária como o SIES, busca promover e articular outras ações do Governo Federal no apoio à Economia Solidária:

Governo Federal

- SENAES/ MTE
- Programas ou Projetos Federais de Apoio à ES, tais como: as ações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), de apoio à comercialização entre os Territórios da Cidadania e a ES; as ações da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em suas articulações com prefeituras e governos estaduais, envolvendo fóruns e conselhos de Economia Solidária para a constituição e consolidação de várias iniciativas ligadas à segurança alimentar e nutricional.

Secretarias, Superintendências, Departamentos ou Coordenações de Economia Solidária em governos estaduais e municipais.

Espaços de Articulação da Economia Solidária

Diversos Espaços foram criados no intuito de fortalecer a articulação dos atores do Campo da Economia Solidária tanto no âmbito da Sociedade Civil quanto do poder público. Alguns desses espaços são destacados abaixo:

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) – um instrumento do movimento da Economia Solidária e espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da Economia Solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país, a partir da realidade local, de modo economicamente solidário e ambientalmente sustentável. São hoje mais de 120 Fóruns Microrregionais e 27 Fóruns Estaduais em todo o país, em que participam mais de 3.000 empreendimentos solidários, 500 entidades de assessoria e 100 gestores municipais e estaduais. Fazem parte do FBES, entre outras entidades e redes, a UNICAFES, a ANTEAG, a UNISOL Brasil, a Cáritas Brasileira, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de ES, a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, a Rede Unitrabalho e o Instituto Marista de Solidariedade.

Conselhos de Economia Solidária – Além do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), que envolve representação de todos os atores citados anteriormente, diversos Governos Municipais e Estaduais estão implantando Conselhos de Economia Solidária.

Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária – Rede formada por gestores e gestoras governamentais de políticas públicas municipais e estaduais para articulação e intercâmbio de conhecimentos e de experiências para o fortalecimento das políticas públicas de Economia Solidária. A Rede de Gestores participa dos Fóruns de Economia Solidária, do CNES e de diversos Conselhos estaduais e municipais.

Outros espaços de articulação:

- Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário (FACES do Brasil) – organização que conta com a participação de diversas EAFs da Economia Solidária além de uniões de EESs como a (ANTEAG a UNICAFES e a UNISOL Brasil).
- Frentes Parlamentares – organizadas em âmbito nacional e em diversos estados e município reúne parlamentares interessados no fortalecimento da Economia Solidária.
- Setoriais de Economia Solidária – organizadas no âmbito de partidos políticos, visam garantir a presença da Economia Solidária nos programas de governo formulados.

PARTE II

**O PERFIL DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**

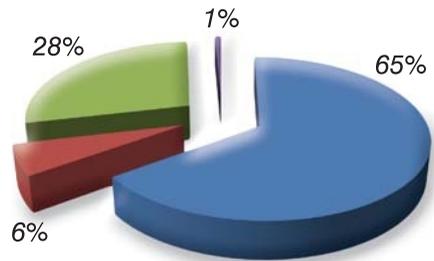
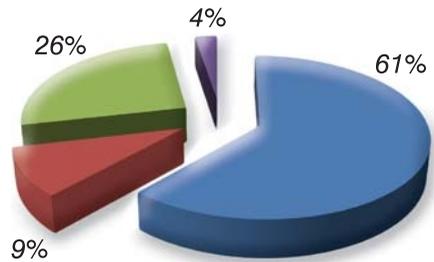
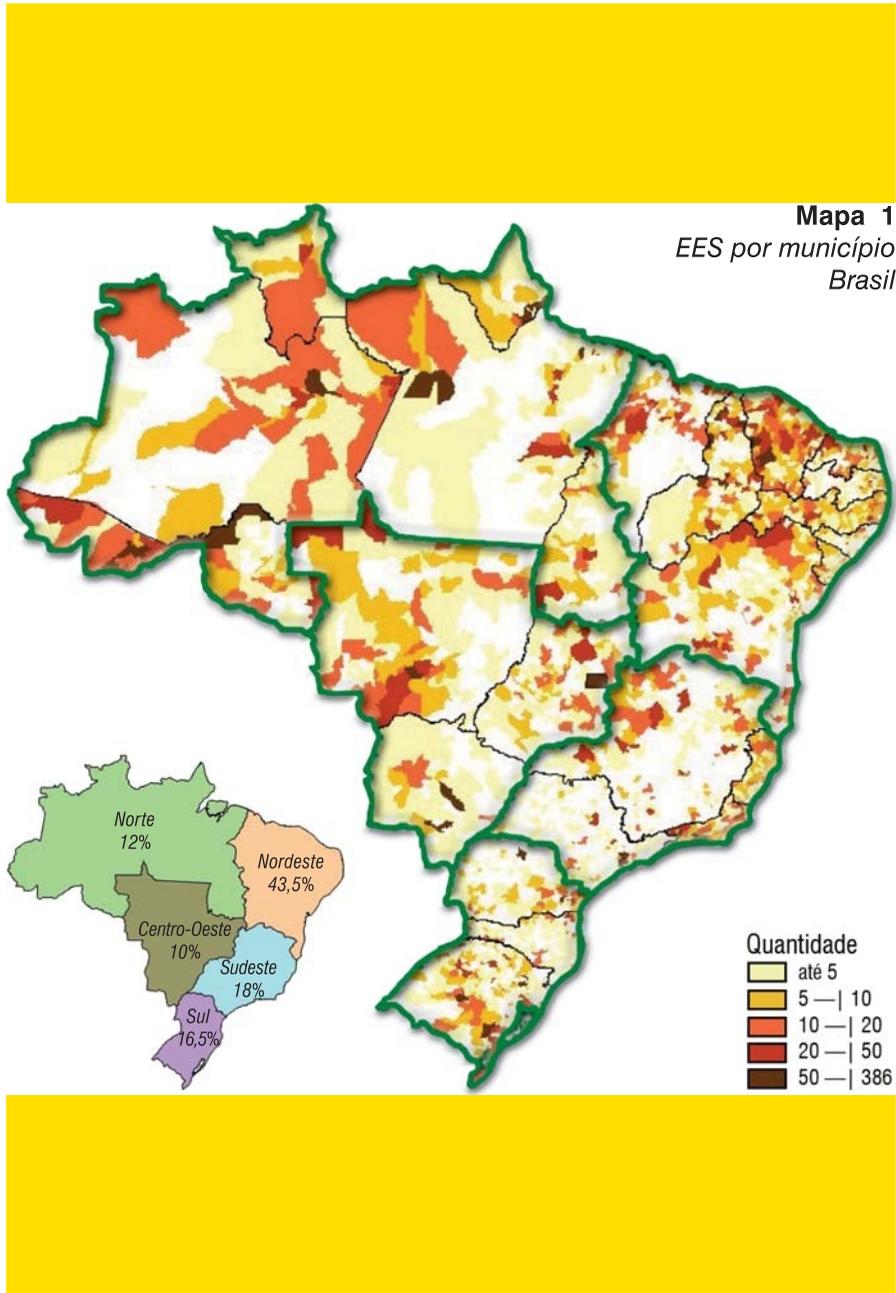
1. Empreendimentos Economicos Solidários no Brasil

Foram identificados 21.859 Empreendimentos Economicos Solidários em 2.933 municípios do Brasil (o que corresponde a 53% dos municípios brasileiros)¹. Considerando a distribuição territorial, há uma maior concentração dos EES na Região Nordeste, com 43,5%. Os restantes estão distribuídos nas demais regiões: 12% Norte, 18% Sudeste, 10% Centro-Oeste e 16,5% Sul.

¹ Devido aos limites e dificuldades encontradas não foi possível incluir no SIES todos os empreendimentos existentes bem como sua abrangência territorial.

Tabela 1
Quantidade e percentual de EES por unidade da federação/Região

UF	Nº EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios / Total de Municípios
RO	293	1,3%	40	77%
AC	543	2,5%	21	95%
AM	461	2,1%	44	71%
RR	126	0,6%	15	100%
PA	574	2,6%	86	60%
AP	157	0,7%	14	88%
TO	502	2,3%	92	66%
Norte	2656	12%	312	69%
MA	793	3,6%	86	40%
PI	1472	6,7%	158	71%
CE	1854	8,5%	173	94%
RN	817	3,7%	106	63%
PB	670	3,1%	129	58%
PE	1526	7,0%	185	100%
AL	284	1,3%	59	58%
SE	471	2,2%	68	91%
BA	1611	7,4%	210	50%
Nordeste	9498	43,5%	1174	65%
MG	1236	5,7%	199	23%
ES	520	2,4%	75	96%
RJ	1343	6,1%	87	95%
SP	813	3,7%	174	27%
Sudeste	3912	18%	535	32%
PR	808	3,7%	143	36%
SC	690	3,2%	175	60%
RS	2085	9,5%	303	61%
Sul	3583	16,5%	621	52%
MS	340	1,6%	42	54%
MT	747	3,4%	95	67%
GO	737	3,4%	139	57%
DF	386	1,8%	15	83%
Centro-Oeste	2210	10%	291	60%
Total	21859	100%	2933	53%



2. Formas de Organização

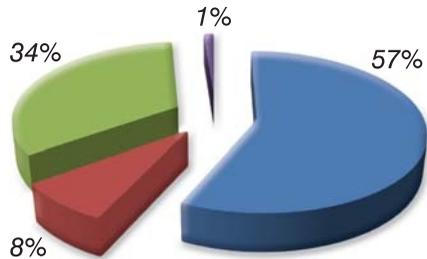


Gráfico 4
Centro-Oeste

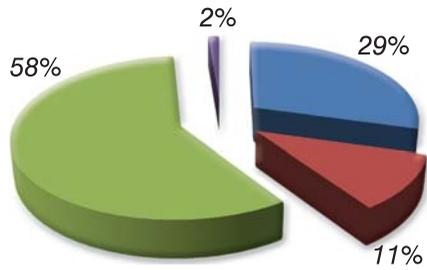


Gráfico 5
Sudeste

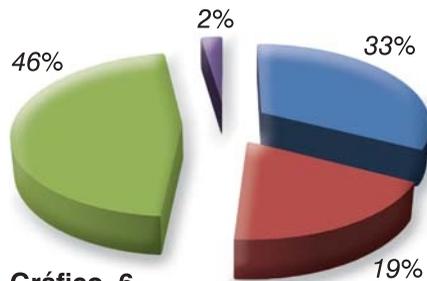


Gráfico 6
Sul

Quanto a forma de organização, os Empreendimentos Econômicos Solidários estão distribuídos em: cooperativas, associações, grupos informais e outras (Sociedades Mercantis etc.). No Brasil, a maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (52%), seguida dos Grupos Informais (36,5%) e Organizações Cooperativas (10%) e outras formas de organização (1,5%). Esta distribuição é diferenciada de acordo com as regiões. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste predominam o perfil nacional, diferente das Regiões Sul e Sudeste onde há uma menor participação das associações e maior participação dos grupos informais.

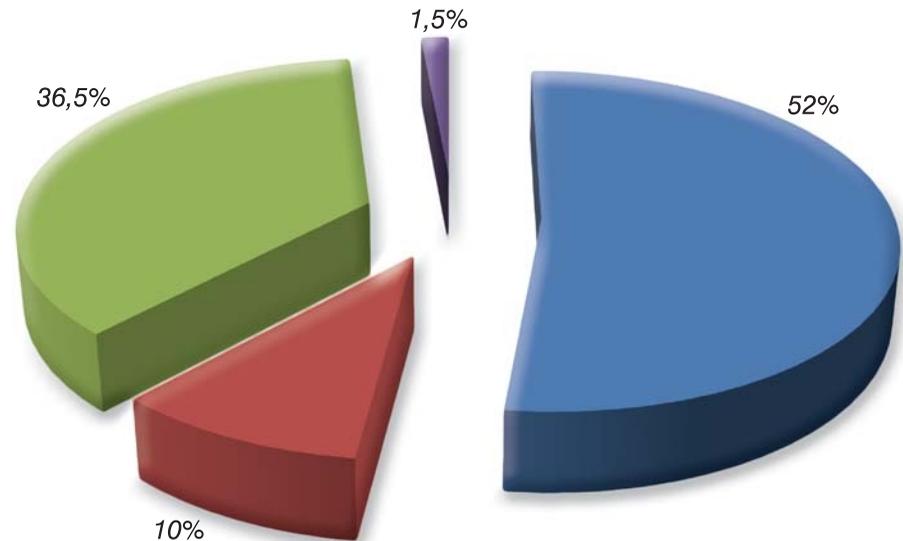
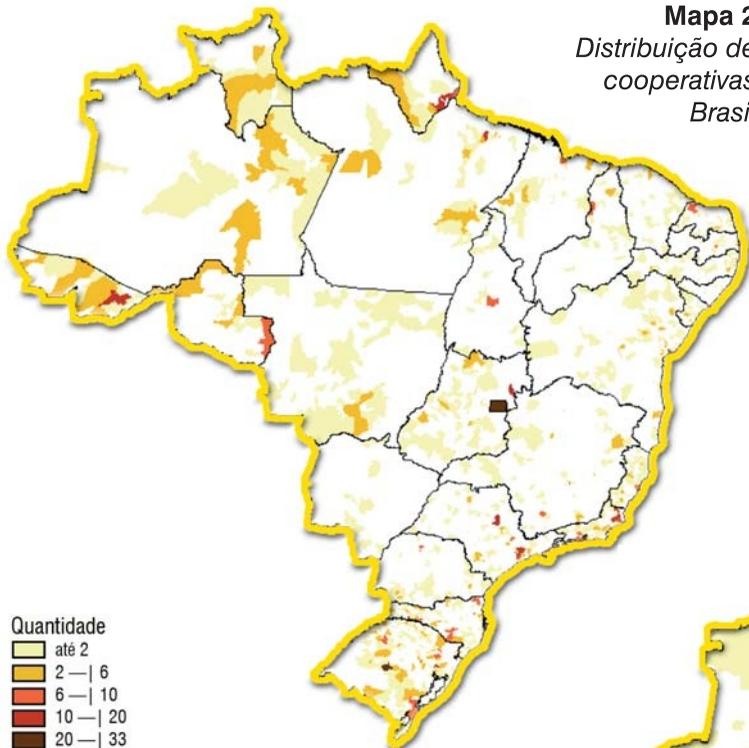
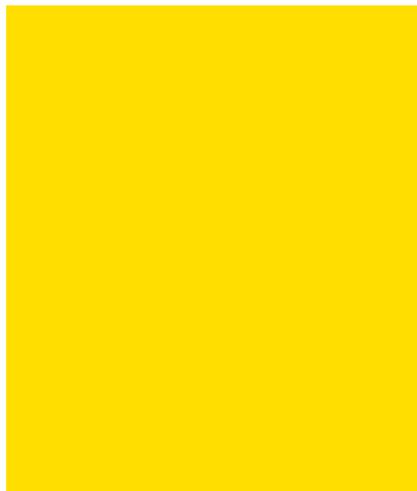
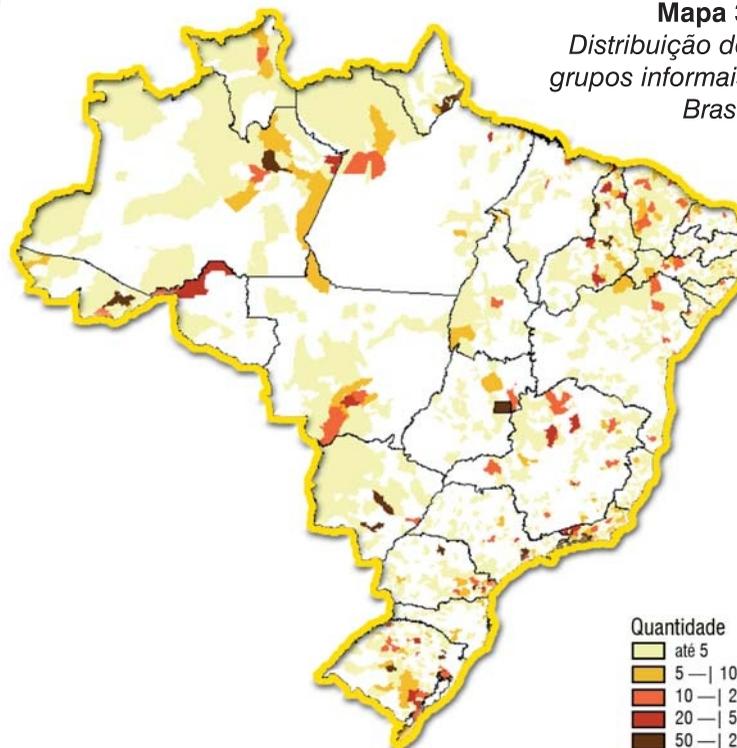


Gráfico 1
Brasil

Mapa 2
Distribuição de cooperativas Brasil



Mapa 3
Distribuição de grupos informais Brasil



Mapa 4
Distribuição de
associações
Brasil

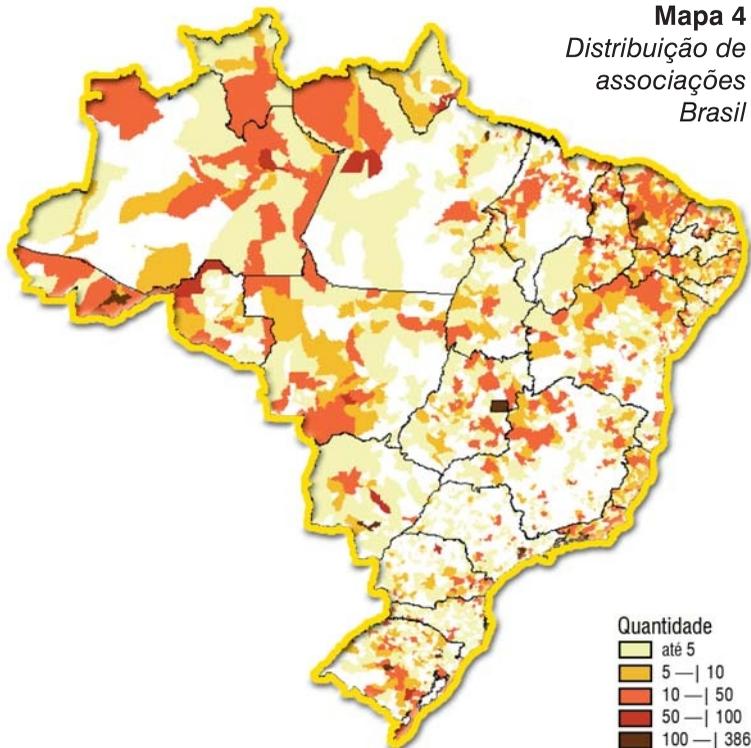
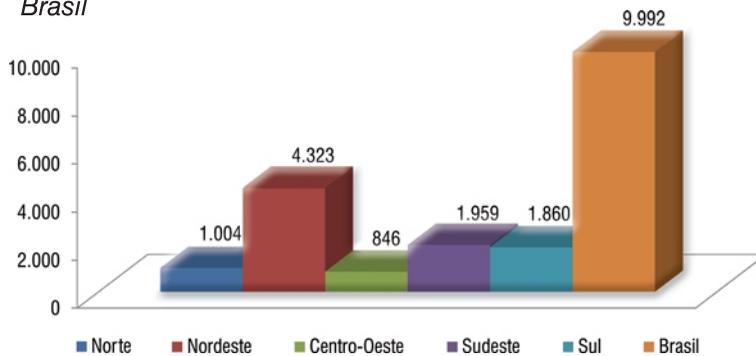


Gráfico 7
Distribuição dos empreendimentos articulados em redes
Brasil



3. A Trajetória da Economia Solidária

Considerando o ano de início das atividades constata-se que o fenômeno da Economia Solidária é bastante recente. A grande maioria dos EES teve seu início na década de 90 com gradativa expansão no século atual. Quanto à forma de organização, percebe-se que após a metade da década de 90, os grupos informais apresentaram uma taxa de crescimento mais acentuada, enquanto as associações apresentam uma taxa de expansão estável desde a década de 80 a taxa de expansão das cooperativas, que embora em quantidade inferior, também apresenta um crescimento constante desde a década de 80.

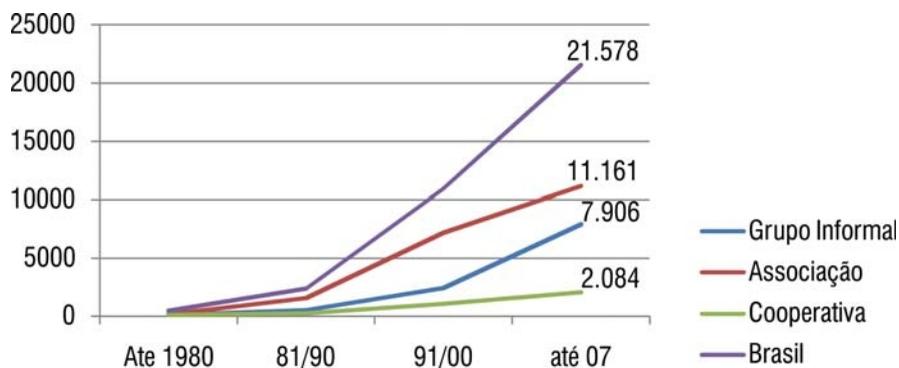


Gráfico 8
EES por ano de início segundo forma de organização

* 281 empreendimentos não informaram o ano de início das atividades

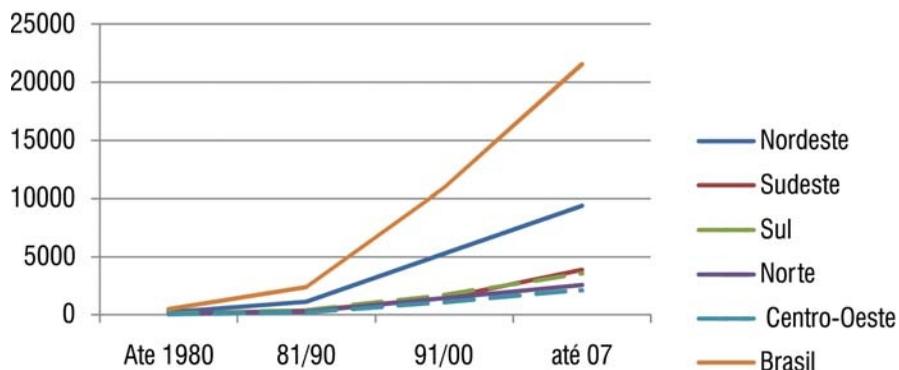
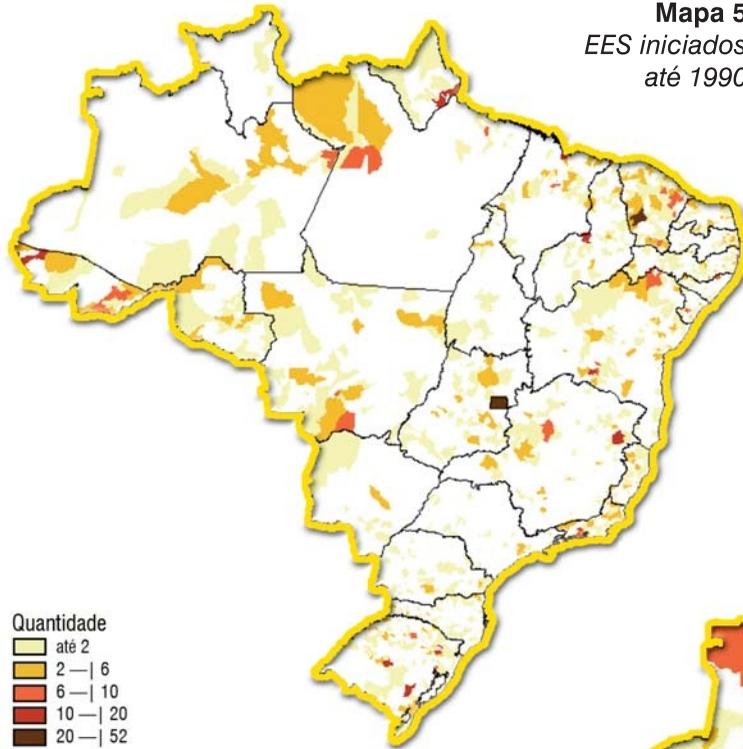


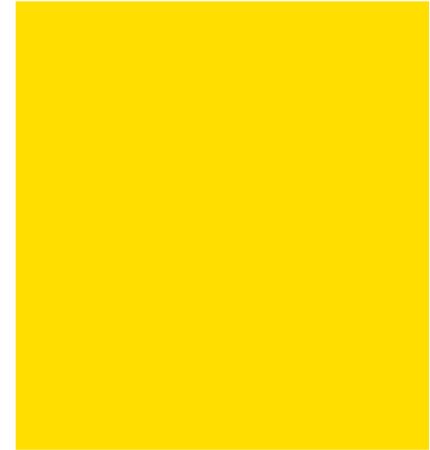
Gráfico 9
EES por ano de início segundo grandes regiões

* 281 empreendimentos não informaram o ano de início das atividades

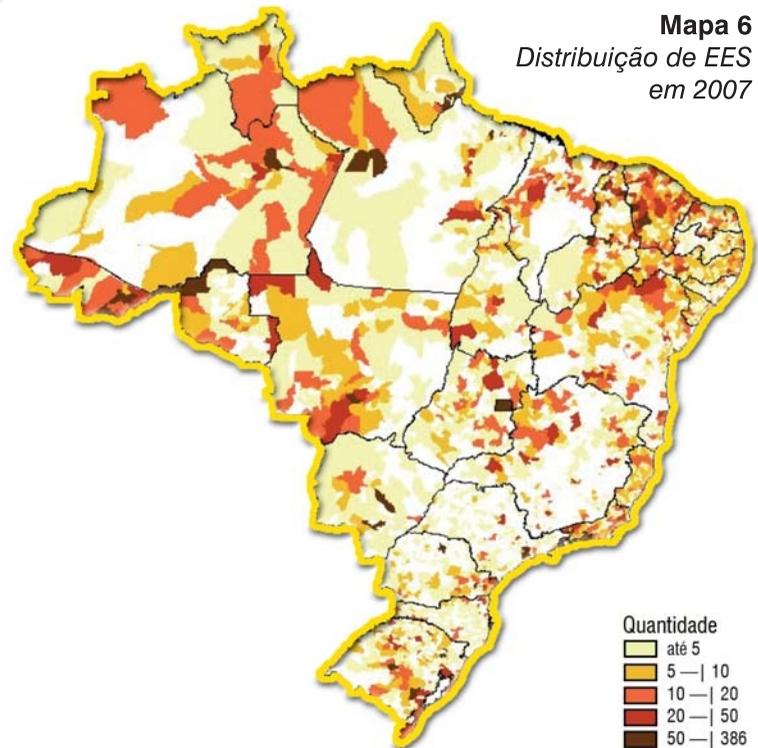
Mapa 5
EES iniciados
até 1990



Quantidade
até 2
2 —| 6
6 —| 10
10 —| 20
20 —| 52



Mapa 6
Distribuição de EES
em 2007



Quantidade
até 5
5 —| 10
10 —| 20
20 —| 50
50 —| 386

O crescimento da Economia Solidária apresenta um quadro semelhante em todo o Brasil, não havendo, a princípio, nenhuma quebra significativa de tendência quando se compara o surgimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários por regiões, com destaque para um maior crescimento numérico na Região Nordeste.

4. Sobre a Criação dos EES

4.1 Motivo de Criação

Os três principais motivos para a criação dos EES são: alternativa ao desemprego (46%), complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (36%). Dois outros motivos têm destaque: possibilidade de gestão coletiva da atividade (27%) e condição para acesso a crédito (9%).

Regionalmente, observamos variações quanto ao principal motivo. O motivo “alternativa ao desemprego” se destaca em todas as regiões, sendo principal motivo nas Regiões Sudeste e Nordeste (55% e 46% respectivamente). Nas Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, a motivação mais apontada é “fonte complementar de renda” (45%, 44% e 52% respectivamente). Vale destacar que nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, há um aumento considerável com relação à média nacional para a motivação “acesso a financiamentos” (34% para Norte e Nordeste e 28% para Centro-Oeste, contra 9% da média nacional).

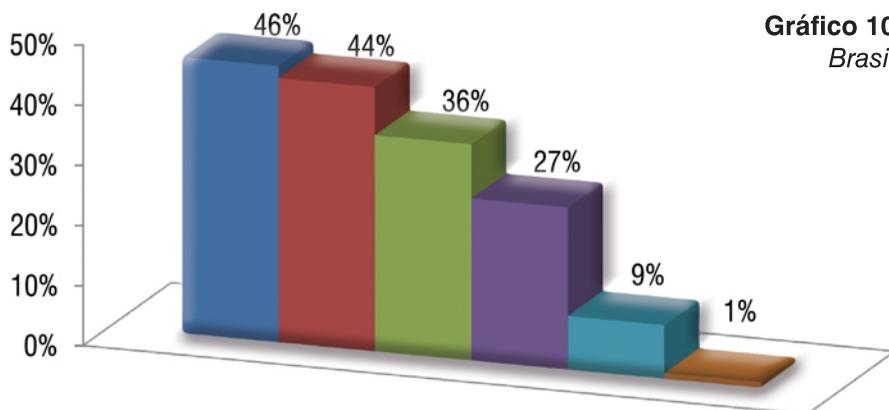


Gráfico 10
Brasil

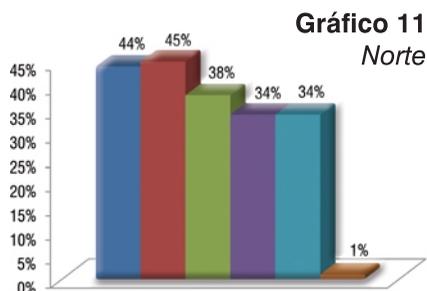


Gráfico 11
Norte

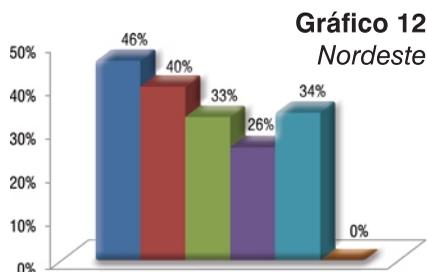
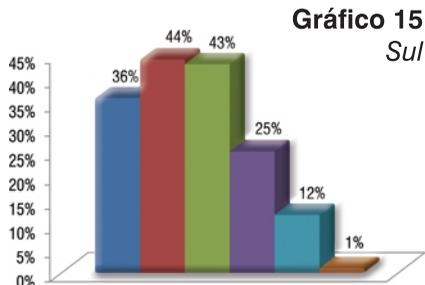
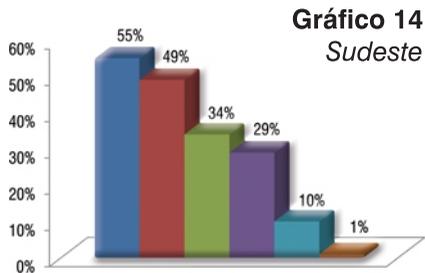
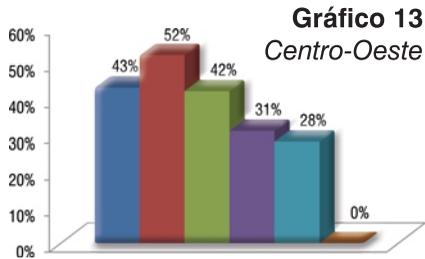


Gráfico 12
Nordeste

4.2 Sobre a Origem dos Recursos para Iniciar os EES



A maior parte dos EES iniciaram suas atividades a partir de recursos dos próprios(as) associados(as) (65%), a segunda maior fonte de recursos para a constituição de EES veio de doações (22%) e 13% dos EES iniciaram suas atividades a partir do empréstimo de recursos.

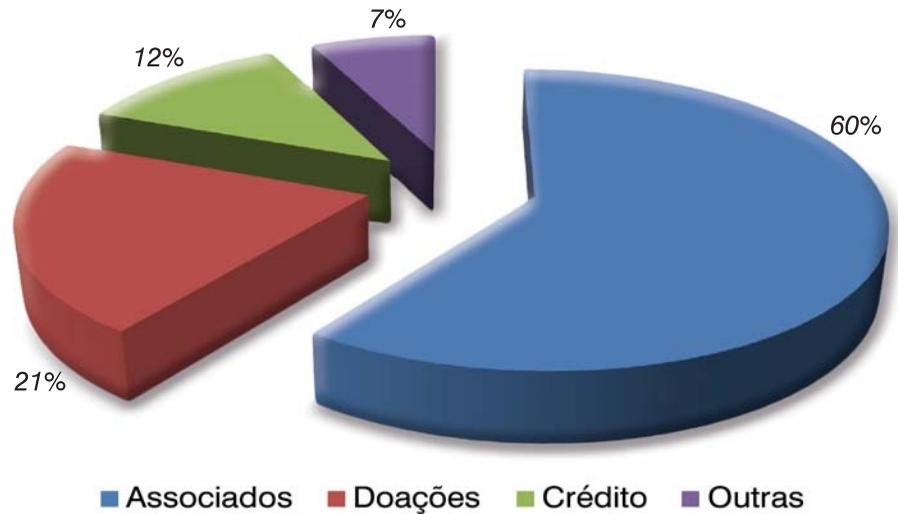


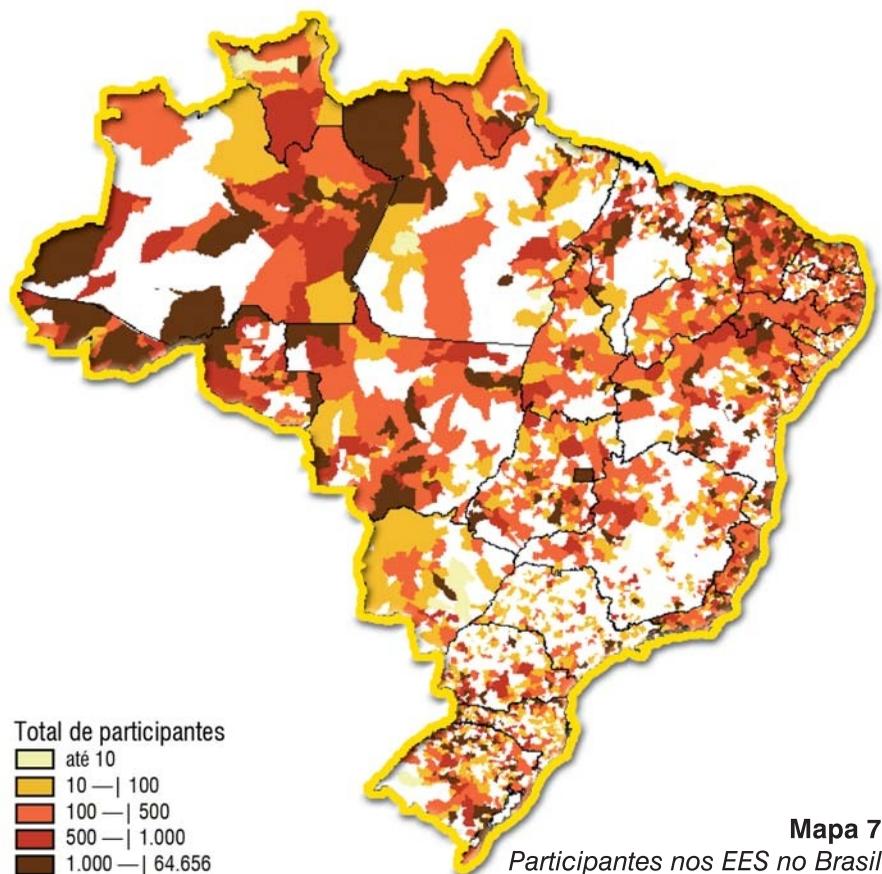
Gráfico 16
Origem dos recursos para iniciar empreendimentos
Brasil

Região		Mulheres	%	Homens	%	Total
NO	Rural	38.075	36,7%	65.674	63,3%	103.749
	Urbano	19.235	55,2%	15.629	44,8%	34.864
	Rural e Urbano	19.909	35,0%	37.028	65,0%	56.937
	Total	77.219	39,5%	118.331	60,5%	195.550
NE	Rural	135.879	38,6%	215.798	61,4%	351.677
	Urbano	64.985	48,3%	69.435	51,7%	134.420
	Rural e Urbano	62.009	39,4%	95.410	60,6%	157.419
	Total	262.873	40,8%	380.643	59,2%	643.516
SE	Rural	15.816	31,7%	34.031	68,3%	49.847
	Urbano	36.677	52,8%	32.851	47,2%	69.528
	Rural e Urbano	14.986	26,0%	42.543	74,0%	57.529
	Total	67.479	38,1%	109.425	61,9%	176.904
SU	Rural	48.211	29,2%	117.125	70,8%	165.336
	Urbano	31.801	37,9%	52.165	62,1%	83.966
	Rural e Urbano	86.564	29,6%	205.635	70,4%	292.199
	Total	166.576	30,8%	374.925	69,2%	541.501
CO	Rural	12.785	30,8%	28.727	69,2%	41.512
	Urbano	22.154	59,8%	14.886	40,2%	37.040
	Rural e Urbano	19.255	40,4%	28.415	59,6%	47.670
	Total	54.194	42,9%	72.028	57,1%	126.222
Total	Rural	250.766	35,2%	461.355	64,8%	712.121
	Urbano	174.852	48,6%	184.966	51,4%	359.818
	Rural e Urbano	202.723	33,1%	409.031	66,9%	611.754
	Total	628.341	37,3%	1.055.352	62,7%	1.683.693

Tabela 2 – Participantes dos EES no Brasil

5. Participantes nos Empreendimentos Econômicos Solidários

Estão associados nos Empreendimentos Econômicos Solidários mais de 1 milhão e 650 mil homens e mulheres, resultando em uma média de 77 participantes por EES. A este conjunto agrega-se mais 28 mil trabalhadores e trabalhadoras participantes que, embora não-sócios, possuem algum vínculo com os EES.



6. A participação de Mulheres e Homens nos Empreendimentos Econômicos Solidários

No conjunto dos participantes associados aos EES, a participação relativa dos homens é superior a das mulheres (63% e 37%, respectivamente). Na Região Sul a participação relativa dos homens é superior à média nacional (69%), enquanto que, na Região Centro-Oeste, a participação das mulheres é superior a média nacional (42%).

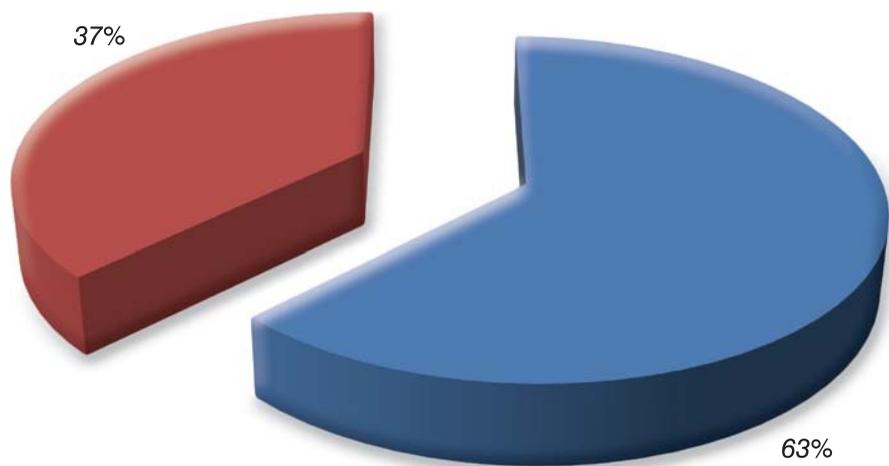


Gráfico 17
Brasil

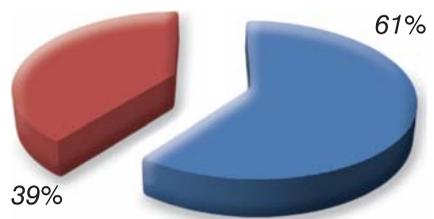


Gráfico 18
Norte

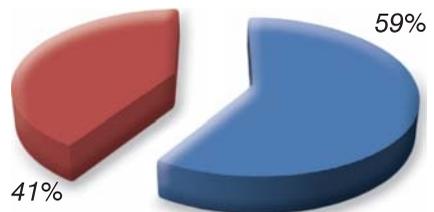


Gráfico 19
Nordeste

7. A Participação de Mulheres e Homens Segundo Porte dos EES

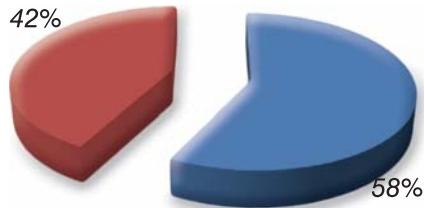


Gráfico 20
Centro-Oeste

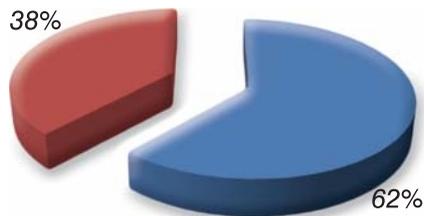


Gráfico 21
Sudeste

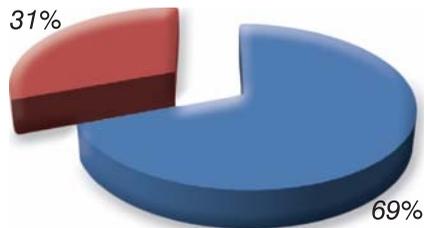
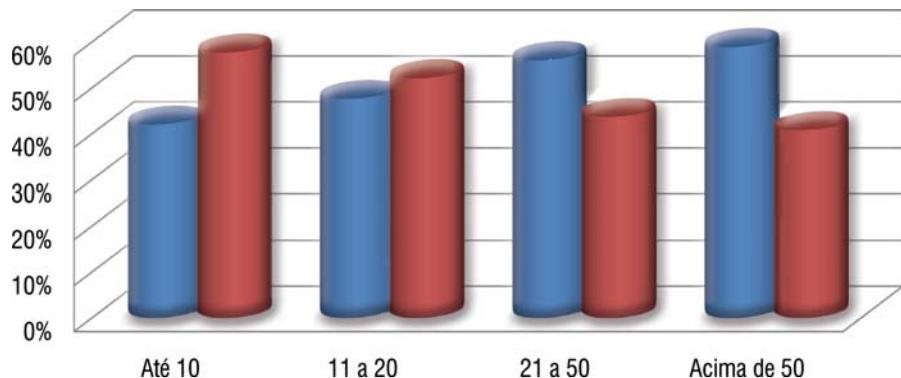


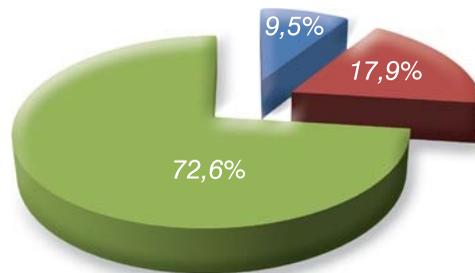
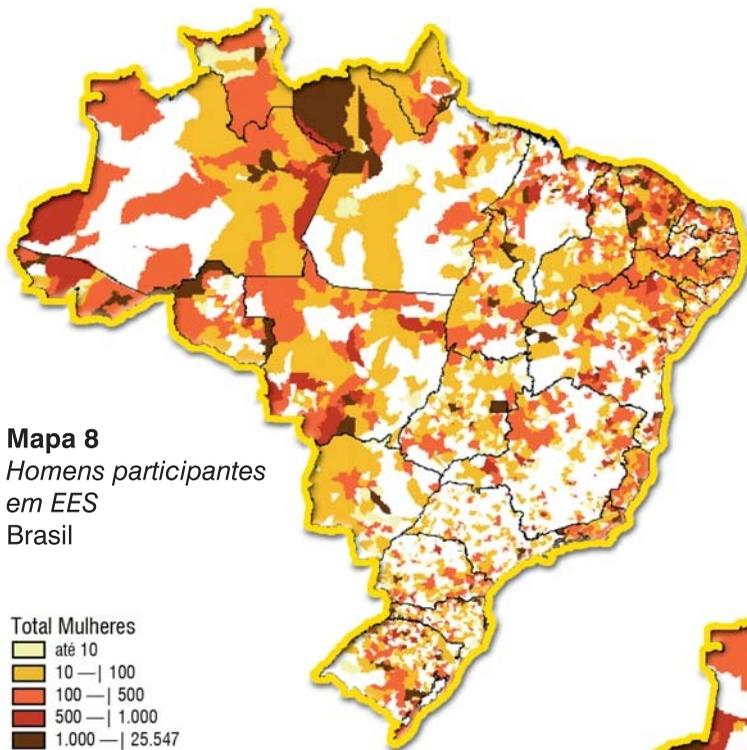
Gráfico 22
Sul

Se examinarmos a composição do quadro social dos empreendimentos verifica-se que quanto menor o seu tamanho maior é a participação relativa das mulheres. As mulheres predominam largamente nos empreendimentos com menos de 10 sócios (58%) e os homens nos EES que possuem mais de 20 sócios (56% nos EES de 21 a 50 sócios e 59% nos EES com mais de 50 sócios).

Há cerca de 3.900 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (18%), cerca de 2.100 empreendimentos cujos sócios são exclusivamente homens (9%) e os demais (73%) são empreendimentos formados por mulheres e homens.

Gráfico 23
Participação de mulheres e homens segundo porte dos empreendimentos (%) Brasil

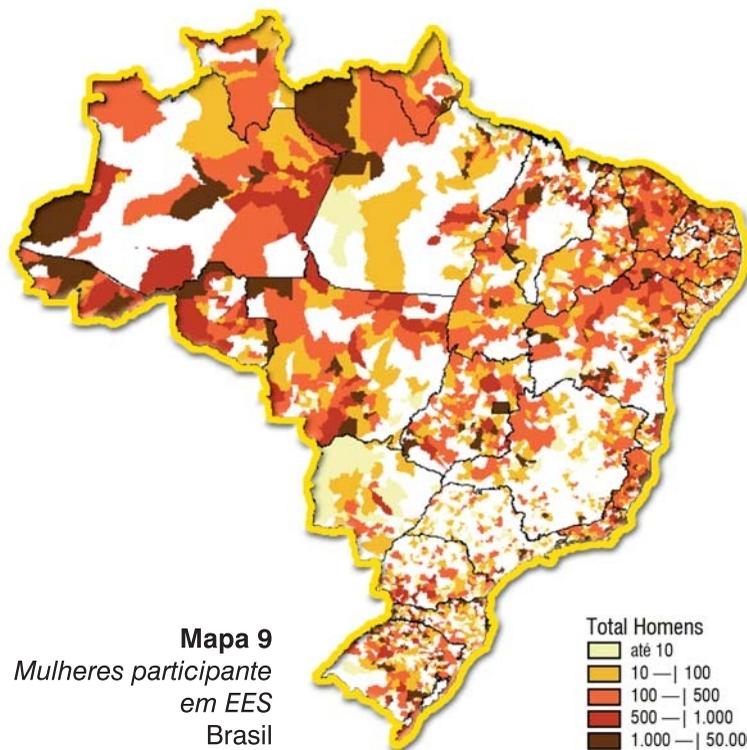




- EES formados só por homens
- EES formados só por mulheres
- EES formados por homens e mulheres

Gráfico 24

Composição dos EES segundo sexo (%)



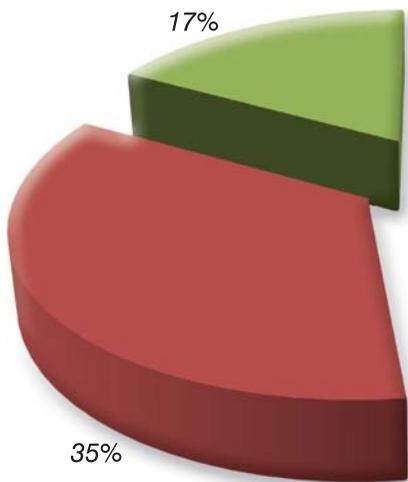


Gráfico 25
Brasil

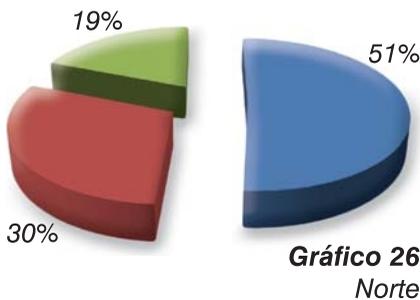


Gráfico 26
Norte

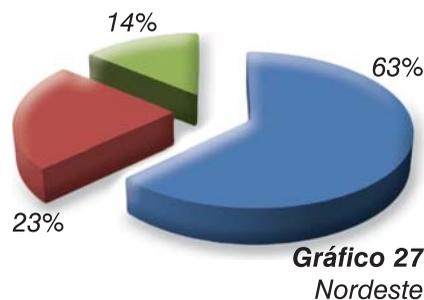


Gráfico 27
Nordeste

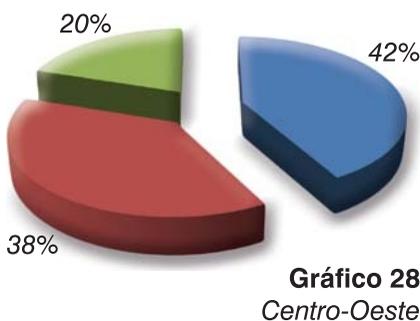


Gráfico 28
Centro-Oeste

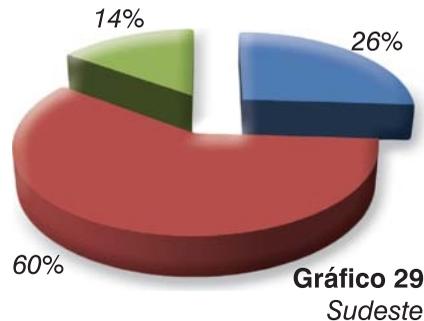


Gráfico 29
Sudeste

8. Área de Atuação

Grande parte (48%) dos EES atua exclusivamente na área rural, 35 % tem atuação exclusivamente urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana. Considerando as regiões, cabe destacar que na Região Sudeste a maioria dos EES (60%) atua na área urbana e nas Regiões Norte e Nordeste a participação dos EES que atuam exclusivamente na área rural está acima da média nacional (51% e 63% respectivamente).



Gráfico 30
Sul

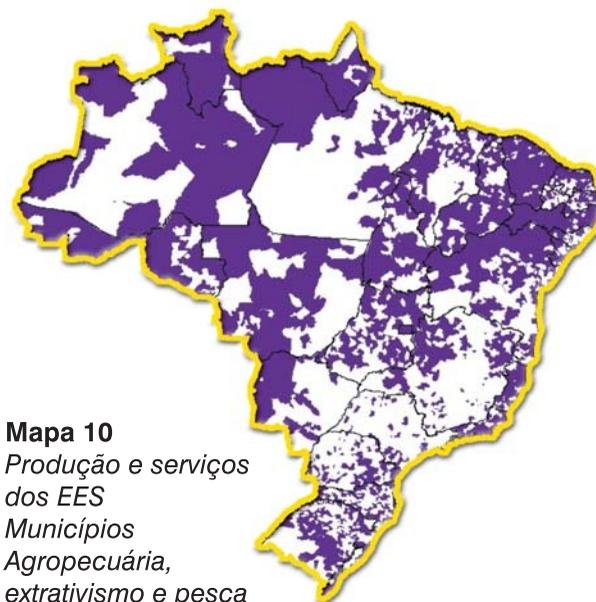
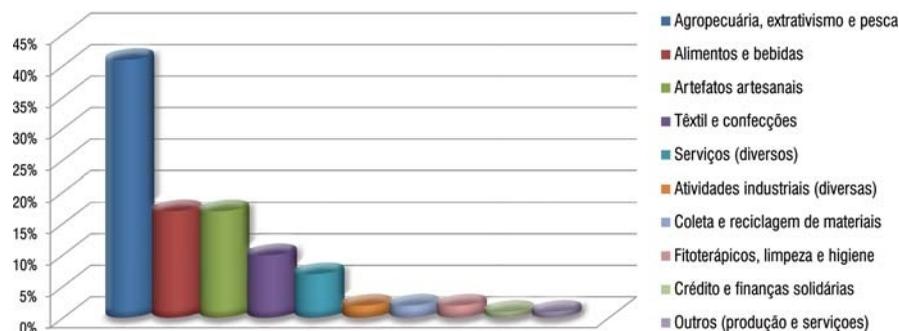
9. Produtos e Serviços

As atividades desenvolvidas pelos EES resultam numa extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços. Sua distribuição geográfica pelos municípios e regiões é bastante diversa, sendo que algumas atividades têm maior concentração territorial e outras mais dispersas (ver mapas).

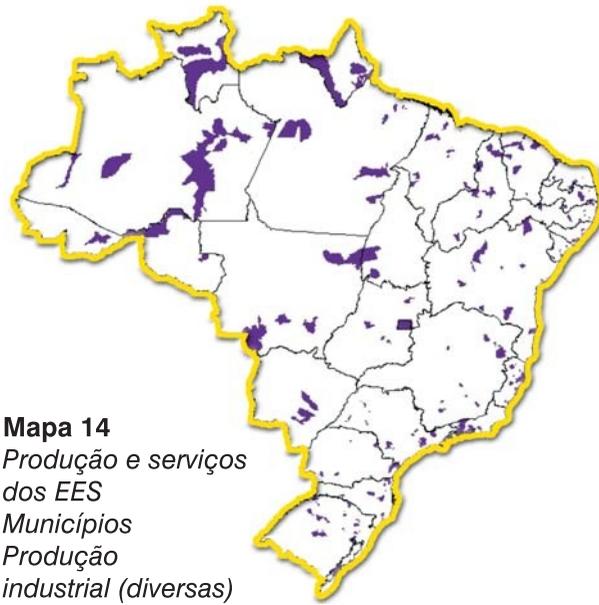
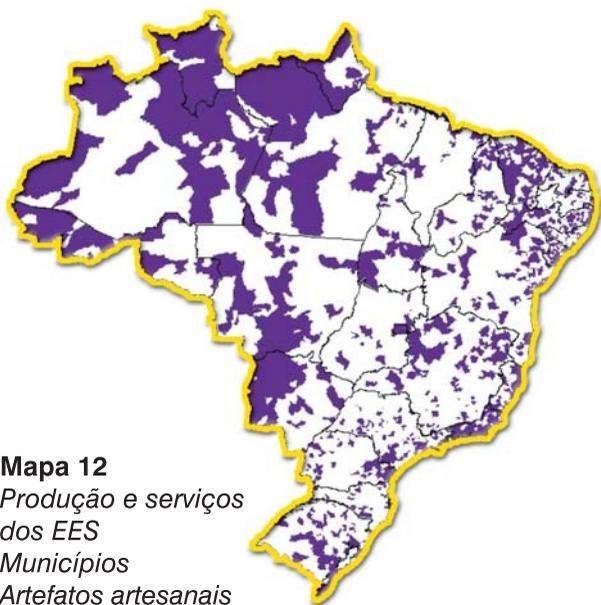
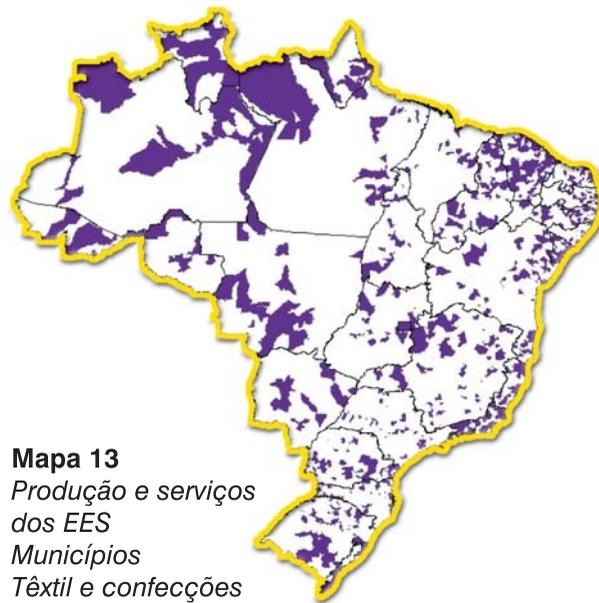
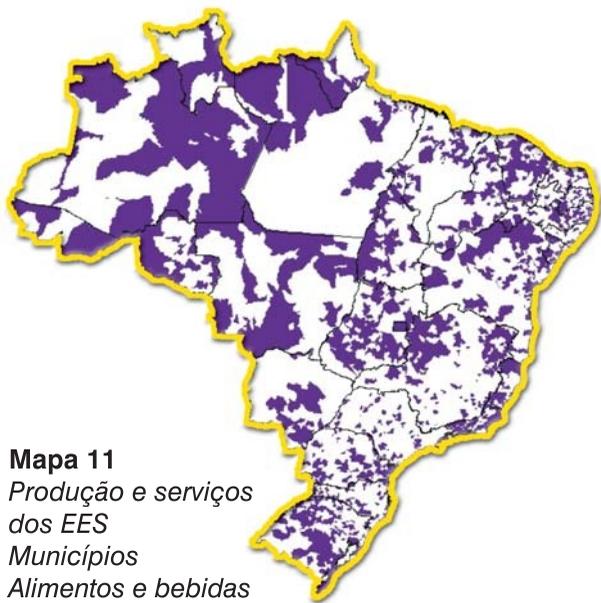
Para facilitar a análise foram agrupadas por tipo de atividades. Os produtos mais citados pelos EES são aqueles relativos às atividades agropecuária, extrativista e pesca (41%), alimentos e bebidas (17%) e diversos produtos artesanais (17%).

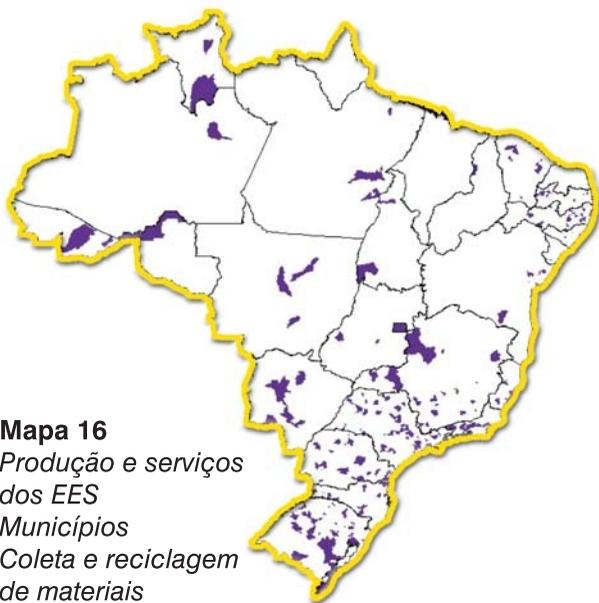
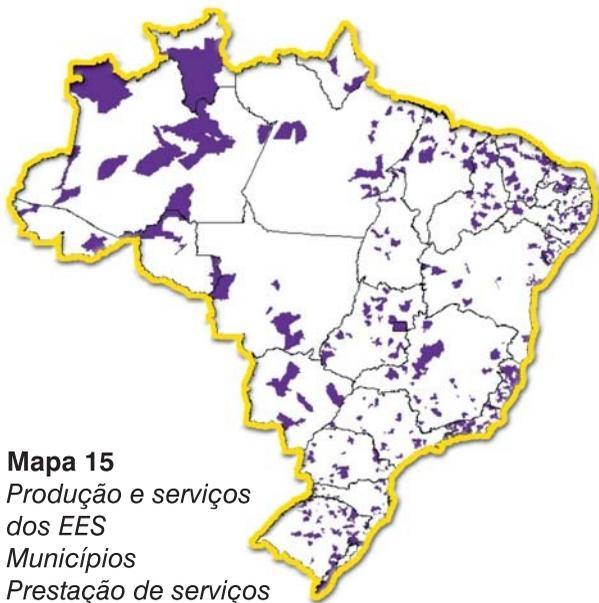


Gráfico 31
Distribuição dos produtos por tipo de atividade

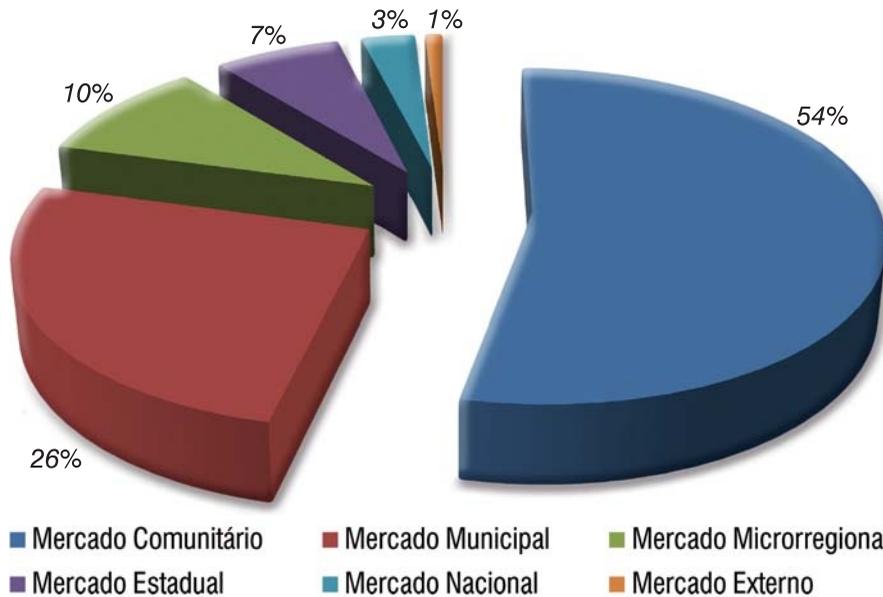


Mapa 10
Produção e serviços dos EES
Municípios Agropecuária, extrativismo e pesca





10. Comercialização



Os produtos e serviços dos EES destinam-se predominantemente ao mercado local. 54% dos EES afirmaram vender ou trocar produtos e serviços no comércio local ou comunitário e 26% em mercados/comércios municipais. Apenas 3% dos EES afirmaram que o destino de seus produtos é o território nacional e 1% que realizam transações com outros países.

Gráfico 32

Abundância das trocas / mercado

11. Resultados Financeiros

A maioria dos EES consegue obter sobras em suas atividades econômicas (38%) enquanto que somente 15% dos empreendimentos são deficitários, isto é, não obtiveram faturamento suficiente para pagar suas despesas. Um percentual de 34% dos EES afirmaram que, embora não obtendo sobras, conseguiu pagar as despesas realizadas. 13% dos EES não são organizados com vistas à obtenção de resultados financeiros ou não informaram.

Notamos que regionalmente há diferenças significativas com relação aos resultados financeiros. Nas Regiões Sul (46%), Sudeste (41%) e Norte (39%) a quantidade de EES que obteve sobras está acima da média nacional, enquanto que as Regiões Centro-Oeste (31%) e Nordeste (35%) estão abaixo da média.

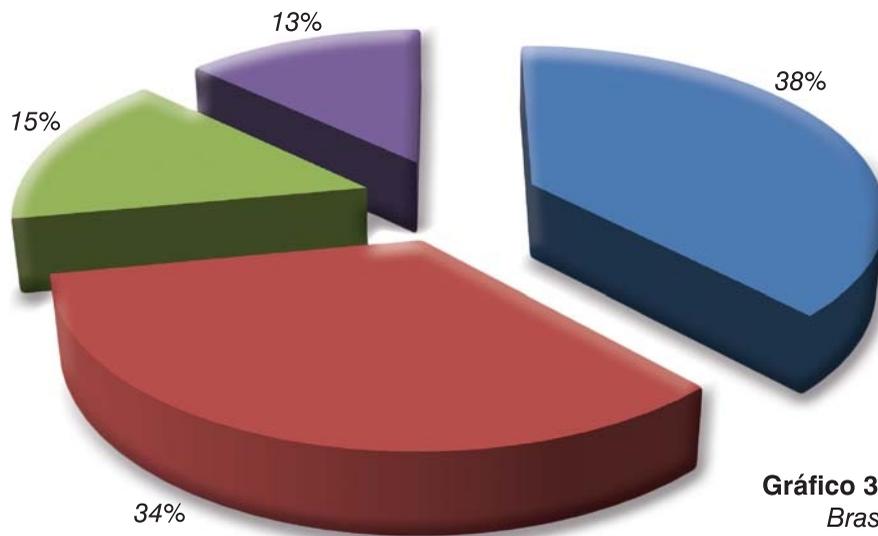


Gráfico 33
Brasil

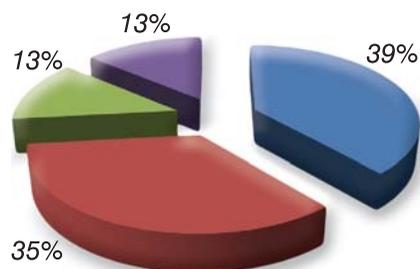


Gráfico 34
Norte

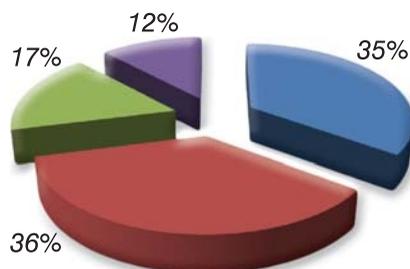


Gráfico 35
Nordeste

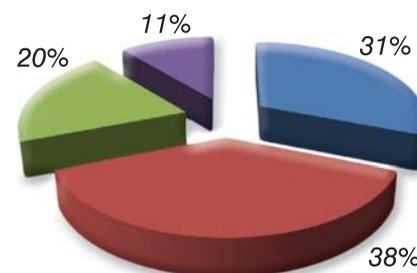


Gráfico 36
Centro-Oeste

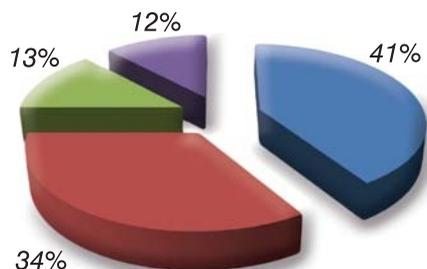


Gráfico 37
Sudeste

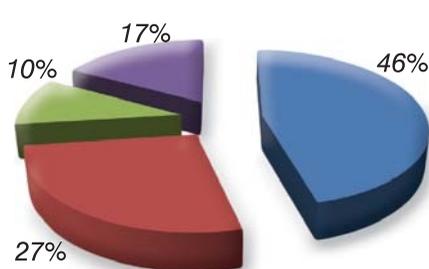


Gráfico 38
Sul



12. Faturamento e Remuneração

Dos 21.859 empreendimentos 15.105 (69,1%) declararam faturamento superior a zero. Entre estes, a média mensal de faturamento correspondente a R\$ 43.232,67. Contudo, extratificando os EES por faixas, vemos que a menor faixa (até R\$ 1.000,00) soma 3.628 EES com um faturamento médio mensal de R\$ 520,54 e a maior faixa (mais de R\$ 100.000,00) soma 723 EES com faturamento médio mensal de R\$ 726.128,07.

FATURAMENTO MÉDIO MENSAL DOS EES				
FAIXA DE FATURAMENTO MENSAL	Nº DE EES	%	TOTAL	MÉDIA
Até R\$ 1.000,00	3.628	24,02%	R\$ 1.888.534,99	R\$ 520,54
de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00	5.412	35,83%	R\$ 13.489.199,68	R\$ 2.492,46
de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	2.031	13,45%	R\$ 14.551.018,35	R\$ 7.164,46
de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00	2.789	18,46%	R\$ 61.387.900,66	R\$ 22.010,72
de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	522	3,46%	R\$ 36.722.203,36	R\$ 70.349,05
Mais de R\$ 100.000,00	723	4,79%	R\$ 524.990.592,41	R\$ 726.128,07
TOTAL	15.105	100%	R\$ 653.029.449,45	R\$ 43.232,67

Tabela 3

Faturamento médio mensal dos EES Brasil

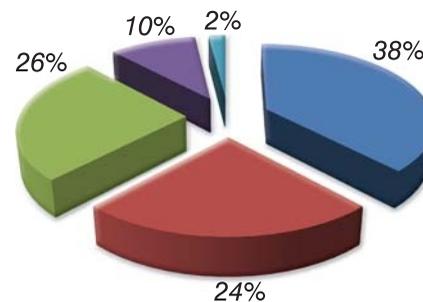
* Informaram faturamento mensal igual a R\$ 0,00 - 6.533 EES

** Não declararam faturamento mensal - 221 EES

Sobre a remuneração dos sócios, 59% dos EES declararam que remuneraram os(as) sócios(as) que trabalham ou atuam no empreendimento. Este dado deve ser compreendido à luz das motivações que originaram os EES, pois para muitos empreendimentos a razão de sua existência está na possibilidade de complementação de renda dos associados ou mesmo para outras atividades que não visam diretamente a geração de renda, como, por exemplo, o uso coletivo de infraestrutura ou equipamentos.

¹ Foi considerado o valor do Salário Mínimo (SM) de 2007 (R\$ 380,00)

Dos EES que indicaram remuneração média mensal superior a 0,00, 38% apresentam remuneração com valor até meio salário mínimo (SM)¹ para 24%, a remuneração é de meio a um SM, totalizando 62% nestas duas faixas.



- Até ½ SM (Salário Mínimo)
- + de ½ a 1 SM
- + de 1 a 2 SM
- + de 2 a 5 SM
- + de 5 SM

Gráfico 39
Distribuição % dos EES por faixas de remuneração Brasil

13. Gestão Coletiva

Sobre as atividades realizadas coletivamente nos EES a pesquisa levantou que a principal atividade relatada foi a de produção (64%), com uma pequena diferença destaca-se a comercialização (60%). O uso de equipamentos e partilha de infra-estrutura vêm em seguida com percentuais também próximos (50% e 48% respectivamente), sendo que a troca de produtos e serviços e a realização de poupança ou crédito foram as atividades coletivas menos citadas pelos EES.

Um indicador importante para avaliar a participação dos sócios nos EES é a periodicidade de realização das assembléias ou reuniões. 73,6% dos EES afirmaram realizar assembléias ou reu-

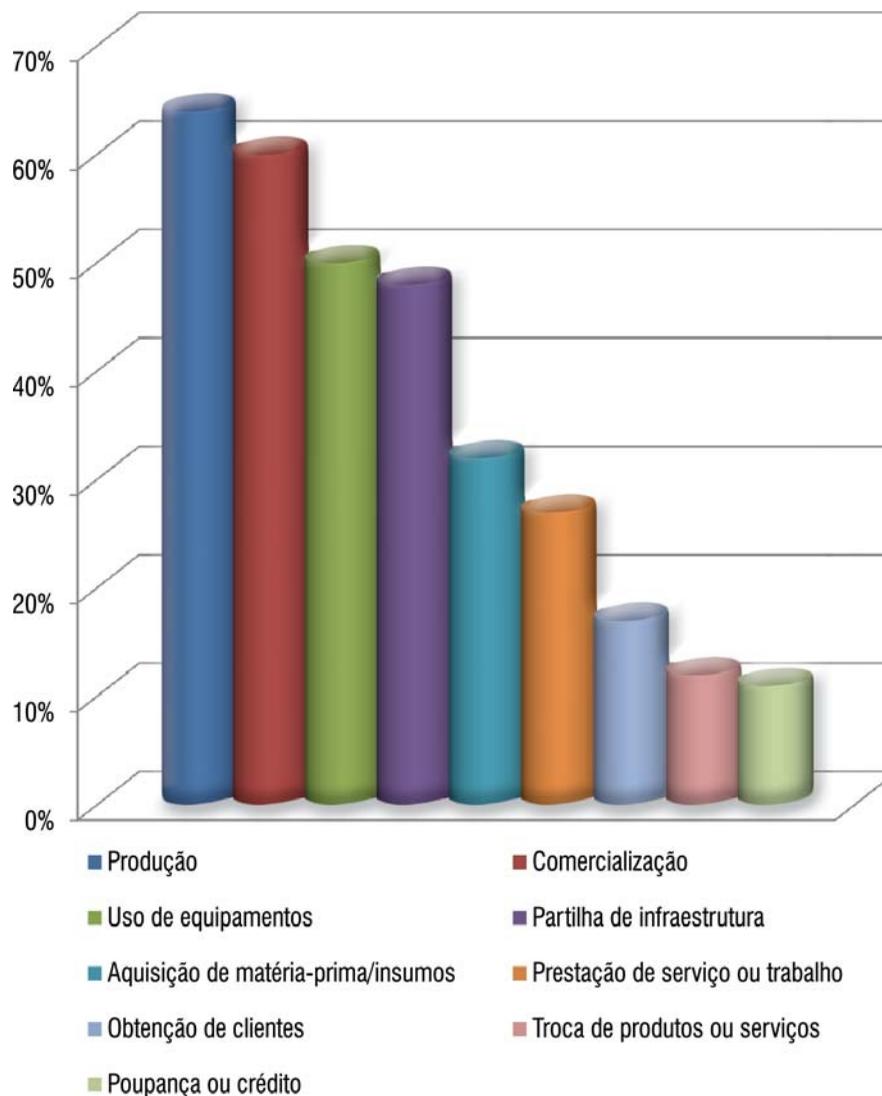


Gráfico 40
Atividades realizadas coletivamente nos EES Brasil

niões com periodicidade de até 3 meses, sendo que 48,2% realizam assembléias ou reuniões mensalmente, 14,2% semanal ou quinzenalmente e 11,2% bimestral ou trimestralmente. Na Região Nordeste o destaque está na participação da periodicidade mensal (62,5%) está acima da média nacional. Na Região Sudeste a periodicidade quinzenal ou semanal (28,8%) supera a média nacional e nas Regiões Sul e Centro-Oeste, a periodicidade anual ou superior destaca-se em relação à média nacional (23,7% e 23,6% respectivamente).

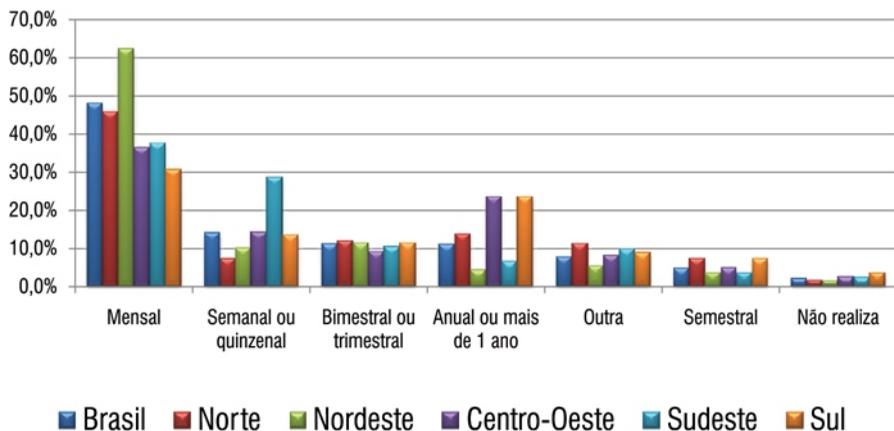


Gráfico 41
Periodicidade das assembléias ou reuniões (%)
Brasil e regiões

A participação dos sócios e sócias nos EES ocorre principalmente nas decisões cotidianas e na escolha da direção. O SIES indica que 66% dos EES afirmaram existir mecanismos de participação nas decisões cotidianas e 60% afirmaram existir mecanismos de participação para eleição da diretoria, 61% afirmaram que a prestação de contas é realizada em assembléias e reuniões e 60% afirmam que os sócios e sócias têm acesso aos registros e informações do EES.

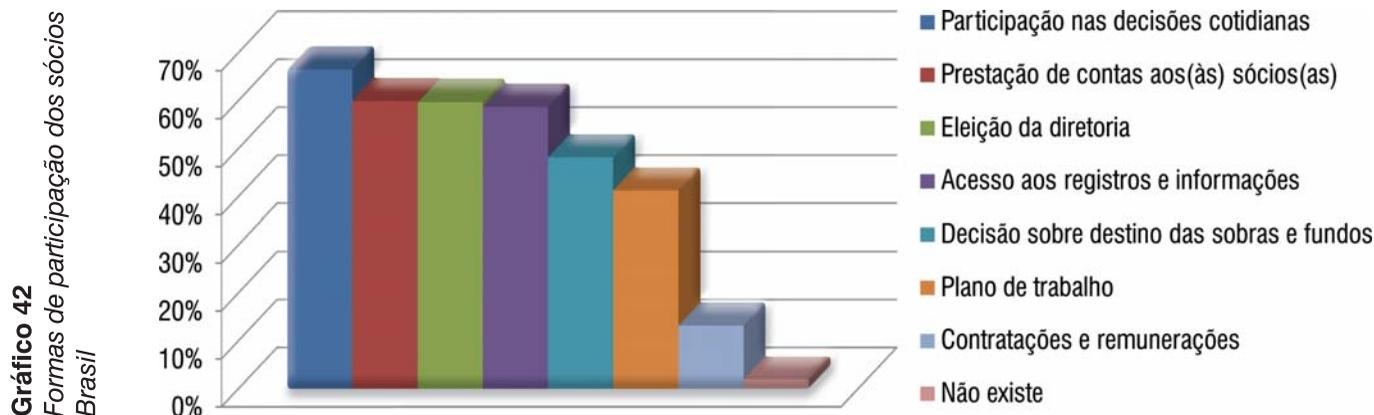


Gráfico 42
Formas de participação dos sócios
Brasil

14. Dificuldades

Quanto às dificuldades enfrentadas constata-se que 72% dos EES afirmaram ter dificuldades na comercialização, 56% para acesso a crédito e 28% não tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica. As Regiões Norte e Nordeste encontraram grandes dificuldades na comercialização (72%). A Região Nordeste destaca-se pela dificuldade de crédito (56% dos EES) e as Regiões Norte e Centro-Oeste pelo não acesso a apoio ou assistência técnica (35%).

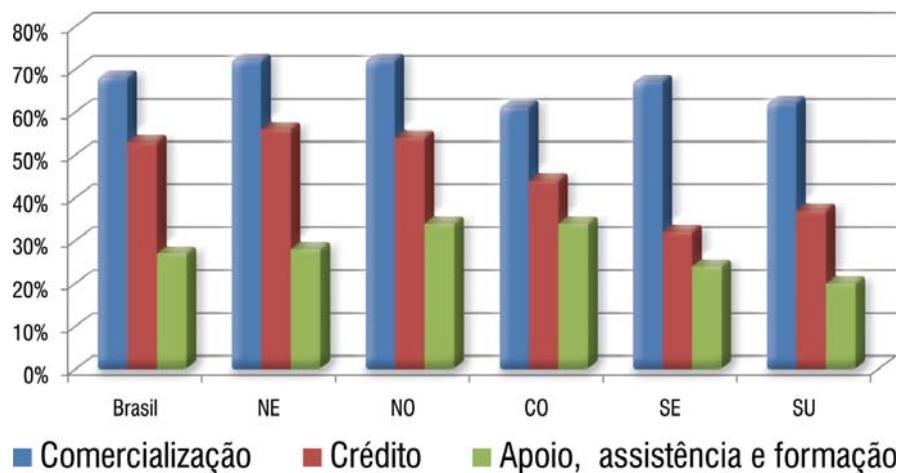
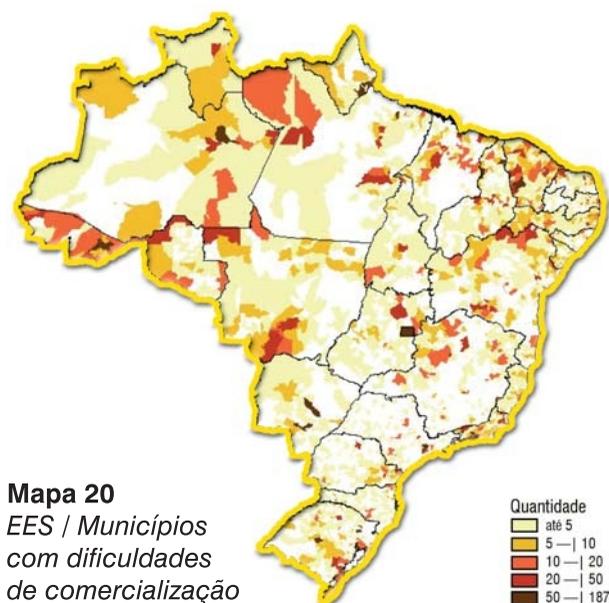
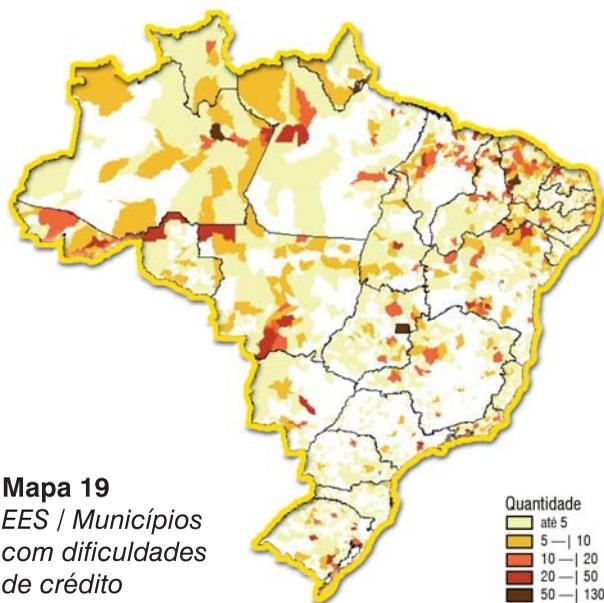
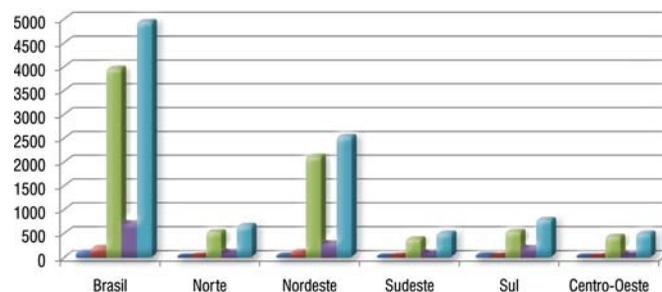


Gráfico 43
*Dificuldades dos EES
Brasil e Regiões*



15. Cooperação entre EES

O gráfico abaixo mostra a presença de ações de cooperação entre diferentes EES no Brasil. São empreendimentos que efetuam no mínimo um dos seguintes atos: aquisição de insumos dos próprios associados ou de outros Empreendimentos Econômicos Solidários e comercialização/troca de seus produtos ou serviços com outros Empreendimentos Econômicos Solidários. No Brasil, foram identificadas mais de 9300 ações de cooperação entre empreendimentos.



- Venda para outros EES
- Insumos dos próprios associados
- Troca com outros EES
- Insumos de Outros EES

Figura 62

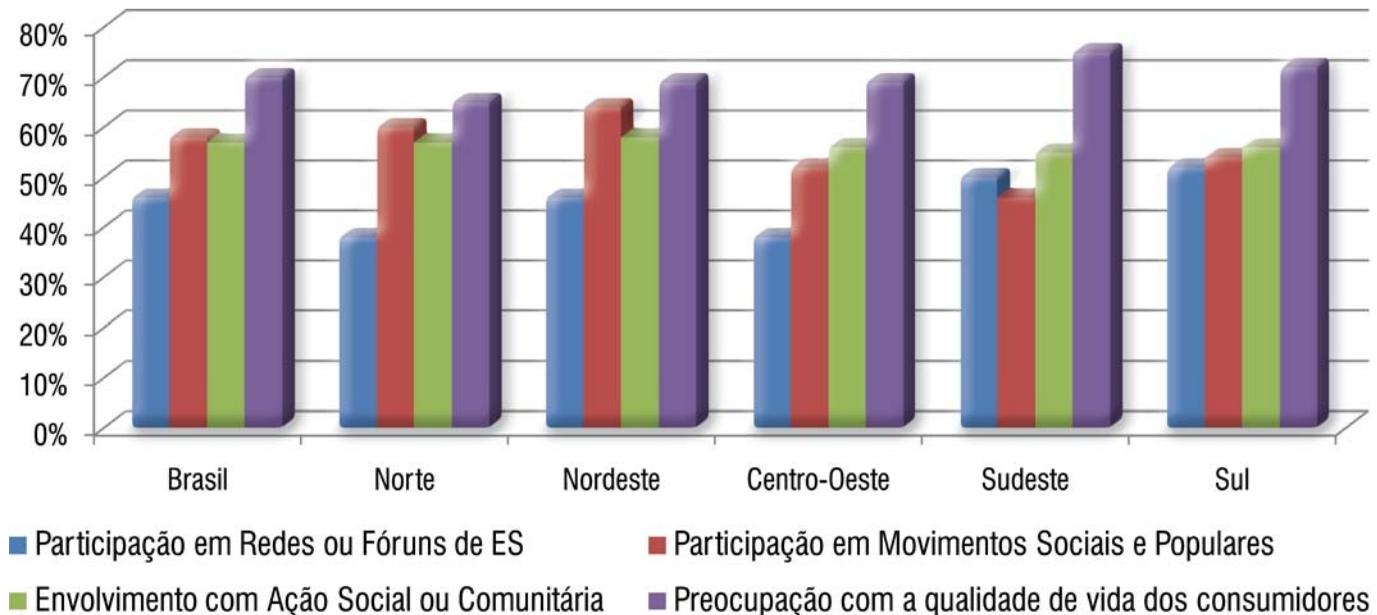
Indicador de cooperação entre EES – Brasil e regiões

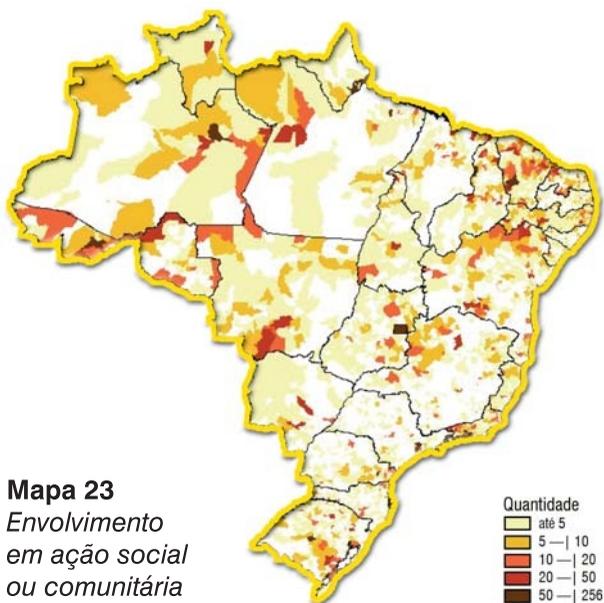
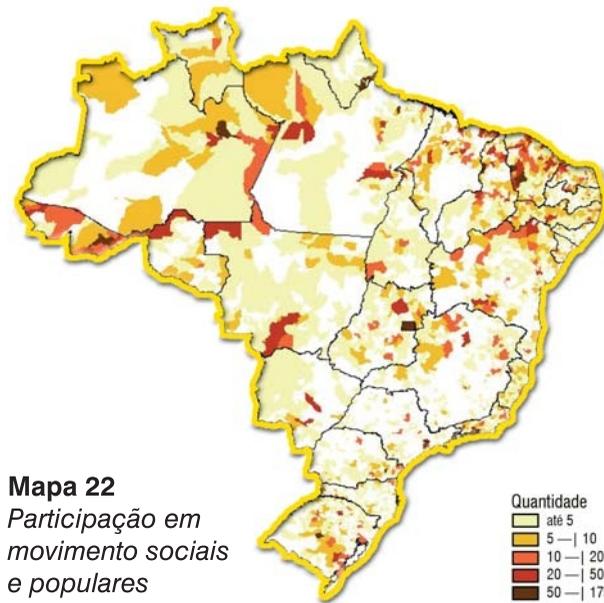
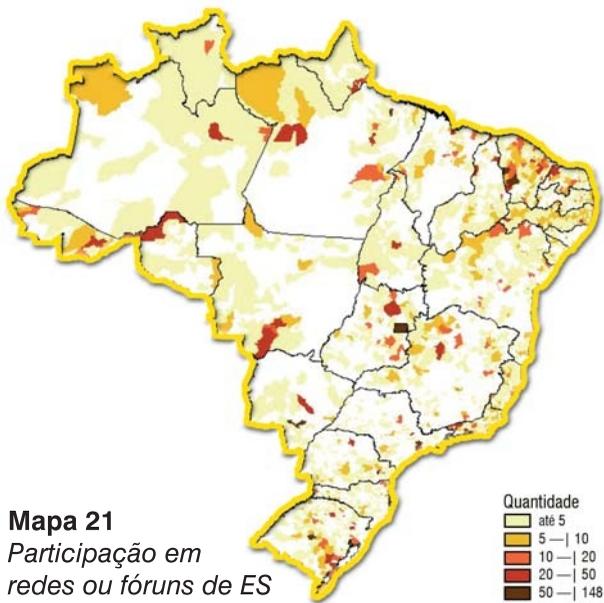
16. Compromisso e Participação Social dos Empreendimentos Econômicos Solidários

Do total de EES, 70,1% afirmam que se preocupam com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços e 56,8% têm compromisso social ou comunitário. 57,7% participam de movimentos sociais e populares e 45,7% de redes ou fóruns de Economia Solidária. Avaliando a situação regional, constata-se que no Sul e no Sudeste, os EES participam acima da média nacional das redes ou fóruns de ES (51,9% e 50,1% respectivamente). No Nordeste os EES se destacam pela sua participação nos movimentos sociais e populares (64,3%).

Gráfico 45

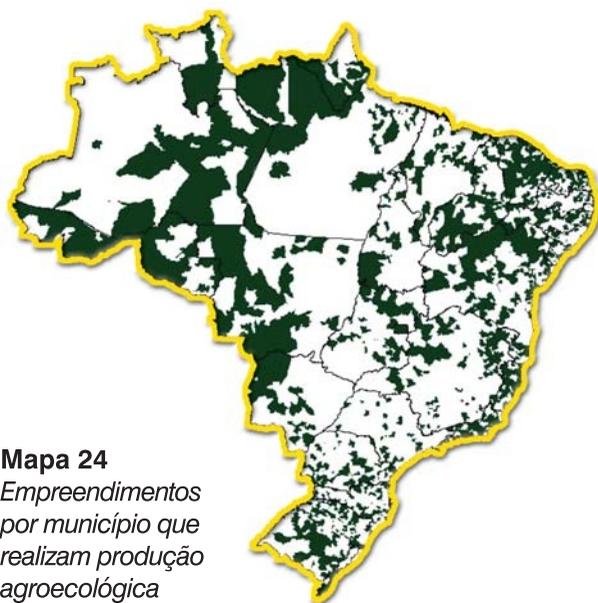
*Compromisso e participação social dos EES
Brasil e regiões*





17. Preocupação com a Qualidade de Vida e Meio Ambiente

Quanto à preocupação com a qualidade de vida e o meio ambiente, constata-se que, dentre outras preocupações apresentadas pelos EES, temos 5.784 (26,5%) empreendimentos que afirmam oferecer produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, enquanto que 12.729 (58,2%) afirmam realizar reaproveitamento de resíduos. Os mapas mostram os municípios onde estão localizados tais empreendimentos.



PARTE III

ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Localização e Abrangência

Gráfico 46
Distribuição das EAFs por Região

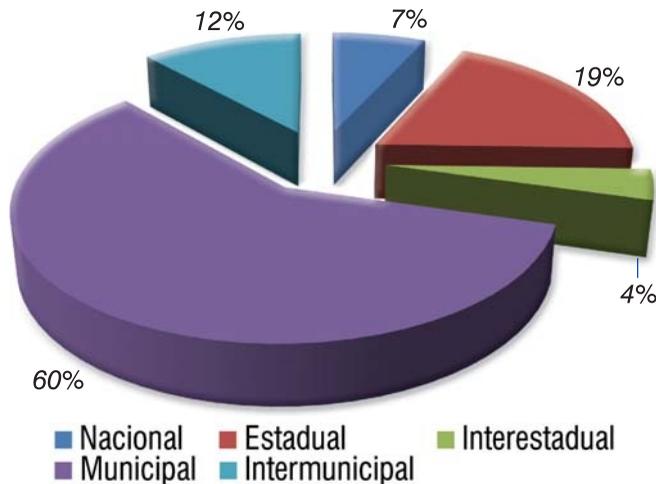
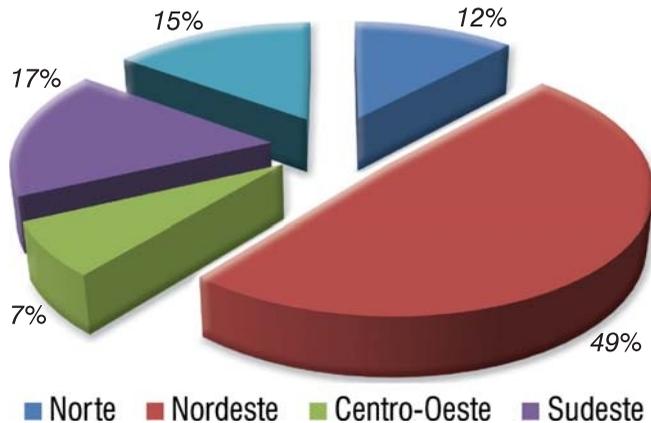


Gráfico 47
Abrangência de Atuação das EAFs

Foram identificadas 1.120 Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária – EAFs no Brasil. Verifica-se que a participação relativa das entidades nas regiões é semelhante à participação relativa dos empreendimentos, com maior concentração na Região Nordeste (51%).

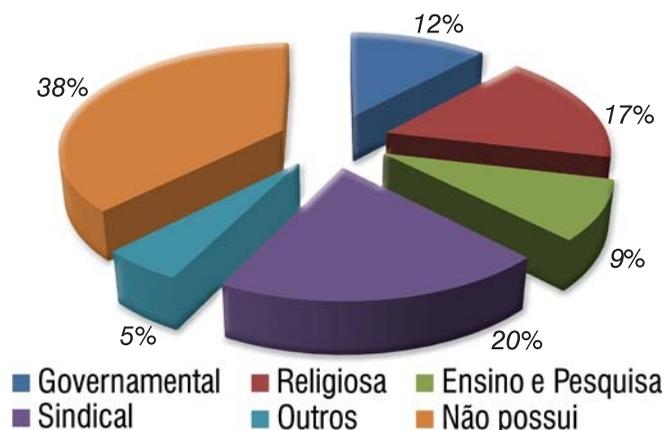
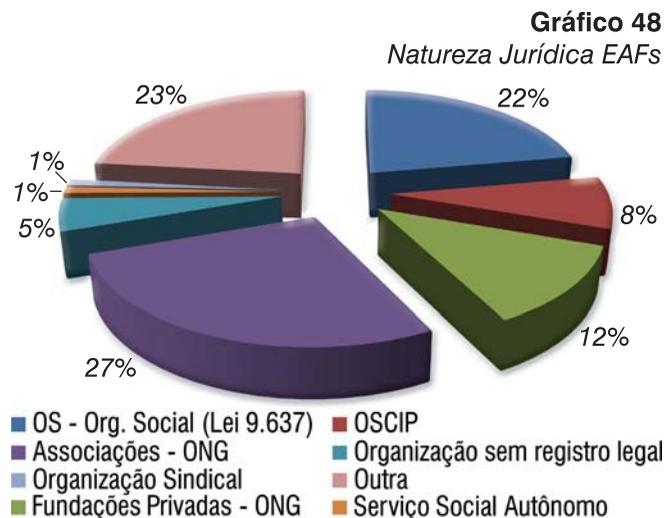
Verifica-se que mais da metade das EAFs tem abrangência municipal (60%), as EAFs de abrangência estadual somam 19% as de abrangência intermunicipal são 12% e somente 7% do total têm abrangência nacional.



2. Formas de Organização e Vínculos

Quanto a forma de organização das EAFs, verifica-se que há uma predominância das ONGs (Organizações Não Governamentais) com natureza jurídica de associação (27%), as Fundações somam (12%), as OSs (Organizações Sociais) representam 22% e as Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) com 8% do total. Nota-se ainda que 5% das EAFs declararam não ter registro legal.

Do total de organizações, 38% afirmam não possuir nenhum tipo de vínculo com outras organizações sociais e políticas. Destaca-se o vínculo com movimento sindical (20%) seguido pelo vínculo com instituições religiosas (17%).



3. Atividades Realizadas

Entre os tipos de atividades desenvolvidas pelas EAFs, predominam as de Articulação/Mobilização (56,5%) e as de Formação (54,5%).

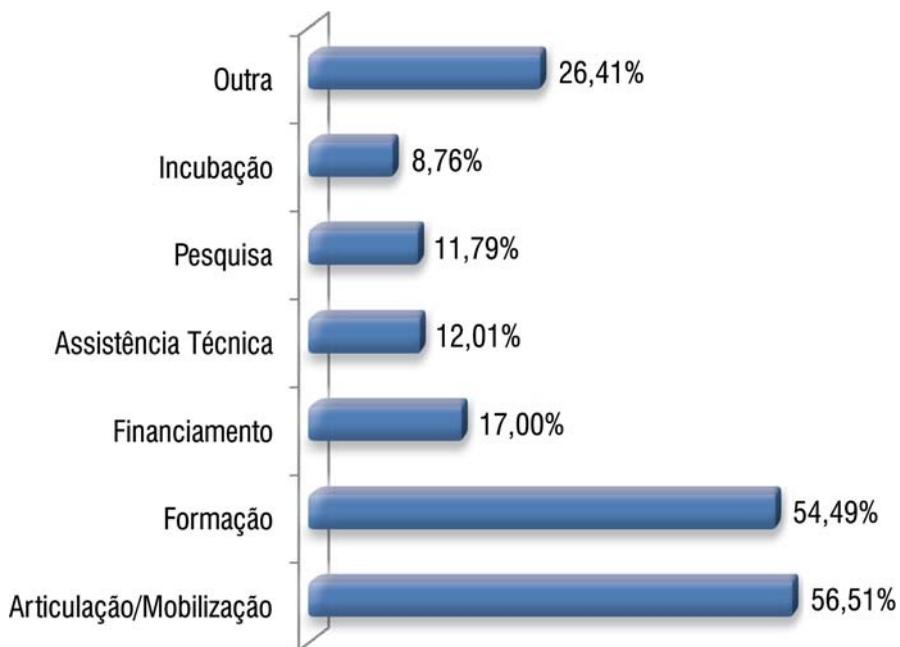


Gráfico 50
Tipos de atuação das EAFs

PARTE IV

**UM SISTEMA DE
INFORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA**

1. Um Processo Contínuo

O SIES é um sistema que pretende reunir e sistematizar progressivamente as informações relativas à Economia Solidária. Após o processo de levantamento de informações sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários e Entidades de Assessoria Apoio e Fomento o SIES pretende traçar um perfil sobre as Políticas Públicas de apoio à Economia Solidária.

Nos anos de 2009 e 2010 o mapeamento volta a campo para um processo de atualização dos dados dos 21.851 EES já mapeados e ampliar a base do SIES. Os novos instrumentos de pesquisa já estão disponíveis na página do SIES.

2. Endereços para Consulta Sobre o SIES e a Economia Solidária:

Visite a página do SIES na Internet: www.sies.mte.gov.br

Neste endereço, além das informações disponíveis no Atlas é possível:

- a) Acessar outras informações nacionais, estaduais e municipais da Economia Solidária gerando relatórios;
- b) Acessar o Atlas Digital da Economia Solidária para acesso a consultas gerais e o pacote de ferramentas específicas para a geração de novos mapas com os dados georreferenciados do SIES.
- c) Conhecer a Portaria Ministerial número 30 de 20 de março de 2006 que institui o SIES, regulamentando o processo de coleta e disseminação de informações, inclusive o acesso aos microdados;
- d) Fazer uma autodeclaração do Empreendimento Econômico Solidário, da Entidade de Apoio, Assessoria e Fomento ou Política Pública, se ainda não estiver registrada no sistema.

Você encontra mais informações sobre a Economia Solidária no Brasil e sobre os EESs mapeados em:

www.mte.gov.br/ecosolidaria/

www.fbes.org.br

www.cirandas.net

Parceria:

Comissão
Gestora
Nacional



Realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

